

Candido de Oliveira Advogados

CANDIDO DE OLIVEIRA BISNETO
ASSIS DE MELLO E SILVA
LEONARDO MOREIRA LIMA
RICARDO BRAJTERMAN
LUIZ TAVARES CORRÊA MEYER
MARCELLO OLIVEIRA
LILIBETH DE AZEVEDO
LUCIANA DE SOUZA CORRÊA
ANDRÉ DALLALANA
EDUARDO BRAGA BACAL

RAFAEL FERREIRA MENDES
ELIANE PINHEIRO
RAFAEL BRAGA MONERÓ
RAPHAEL VICTOR CIPRIANO
SABRINA WEBER ASSIS
ANDRÉ LUIS REGATTIERI MARINS
DANIEL DE SANTANA DEJOS
Advogados
EVERARDO MOREIRA LIMA
Consultor

Rua México n° 98 – 10° andar – Centro
Rio de Janeiro – RJ CEP 20031-141
Tel. 55 21 2240-7746
CNPJ: 35.809.508/0001-10
Insc. Mun.: 00.165.271

SHN, Quadra 01, Bloco "A" – Conjunto "A"
Le Quartier Hotel & Bureau – sala 726
Brasília – DF
Tel. 55 61 3326-5711

www.candidodeoliveira.adv.br


ILMA. COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA

Edital de Credenciamento IL.PPSA.104/2018

CANDIDO DE OLIVEIRA ADVOGADOS, neste ato representado por seu sócio administrador, vem, com fundamento e no prazo estabelecido art. 62 do RIL-PPSA e arts. 13 e 17 do Edital de Credenciamento nº IL.PPSA.104/2018, apresentar **RECURSO** contra a decisão publicada no DOU do dia 03.12.2018, que declarou como não credenciado o escritório recorrente, por suposto desatendimento ao item “I”, subitem “4”, Capítulo 8 (REQUISITOS PARA QUALIFICAÇÃO), do Anexo I – Termo de Referência, aduzindo os motivos de fato e de direito pelos quais o presente recurso merece ser conhecido e provido.

I – TEMPESTIVIDADE

1. A decisão de não credenciamento do escritório recorrente, que ensejou a interposição do presente recurso, foi publicada no DOU do dia 03.12.2018, de modo que, atento ao disposto nos art. 13.2 e 17.5 do Edital de Credenciamento nº IL.PPSA.104/2018, inexistente qualquer controvérsia quanto à sua tempestividade.



II – O QUE JUSTIFICOU O NÃO CREDENCIAMENTO DO ESCRITÓRIO RECORRENTE

2. De acordo com a decisão publicada no DOU do dia 03.12.2018, o não credenciamento do escritório recorrente, CANDIDO DE OLIVEIRA ADVOGADOS, se deu pelo suposto não atendimento ao item “T”, subitem “4”, Capítulo 8 (REQUISITOS PARA QUALIFICAÇÃO), do Anexo I – Termo de Referência, do Edital de Credenciamento nº IL.PPSA.104/2018.

3. Consta que o recorrente não teria apresentado nenhum documento comprobatório de execução de serviços referentes à **Área de Atuação 2, Direito Administrativo**, nos seguintes subitens:

“(i) matérias ligadas a licitações e contratos da administração pública (Lei nº 13.303/2016 e/ou Lei nº 8.666/1993), inclusive organização de licitações;

(ii) defesas de impugnações a licitações;

(iii) matérias ligadas ao regime jurídico dos servidores da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112/1990);

(iv) matérias ligadas à observância da legislação de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992);


(v) questões ligadas à Corregedoria Geral da União (“CGU”) ou ao Tribunal de Contas de União (“TCU”);

(vi) contencioso administrativo ou judicial.”

4. Como será exposto a seguir, a decisão da Comissão de Licitação está equivocada e merece reforma por pecar pelo apego à literalidade e ao excesso de formalismo, motivo pelo qual o presente recurso merece ser conhecido e provido, para que o escritório recorrente seja credenciado junto à Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA.

III - PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO

5. O documento apresentado quando do requerimento de credenciamento (declaração prestada por FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.), como será demonstrado com mais profundidade ao logo do presente recurso, atende aos requisitos previstos no item “T”, subitem “4”, Capítulo 8 (REQUISITOS PARA QUALIFICAÇÃO), do Anexo I – Termo de Referência.



6. Mas, ainda que assim não se entendesse, a declaração e os demais documentos apresentados em anexo comprovam o fim a que aquela declaração se destinava, que é a CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO JURÍDICA DO ESCRITÓRIO RECORRENTE. Corroborando esse entendimento, CESAR A. GUIMARÃES PEREIRA afirma com proficiência o seguinte:

“Deve ser amplamente admitido o saneamento em relação a defeitos existentes na documentação de natureza declaratória, que se refira a fatos externos à própria licitação (certidões, atestados, declarações de terceiros etc.), os quais não são alterados pela existência ou não de defeitos na documentação. Assim, por exemplo, o fato da falência (ou não) é certo, ainda que a certidão correspondente esteja com a validade vencida, contenha algum outro defeito formal ou mesmo tenha sido omitida. Como o que interessa é o fato, não o documento, bastará corrigir este para provar adequadamente aquele.”¹

7. No mesmo sentido é a posição de DIOGO FIGUEIREDO NETO, citando MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO, a saber:

“Maria Sylvia Zanella di Pietro acompanha essa preocupação com o formalismo atual da fase de habilitação, demonstrando, com sua exegese do art. 37, XXI, da Constituição, para concluir que é possível dele extrair-se a conclusão contrária ao excesso de condicionamentos, pois o legislador constitucional admitiu apenas as “exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do conjunto das obrigações”, o que as submete aos princípios da razoabilidade.

Está claro que essas exigências, quando razoáveis, devem ser atendidas, mas ainda assim, é necessário que se conte com flexibilidade para aceitar-se a satisfação das formalidades mesmo depois da fase de habilitação, com o bom uso do instituto da sanatória, pois os defeitos de forma são sanáveis, já que não são essenciais para atender à finalidade da licitação, que é a de encontrar a proposta mais vantajosa”².

¹ Artigo doutrinário intitulado “Saneamento de defeitos formais na licitação: art. 12, IV, da Lei 11.079 e art. 109, parágrafo 8, previsto no PL 7.709, colhido do sítio MIGALHAS - <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI40390,11049-Saneamento+de+defeitos+formais+na+licitacao+art+12+IV+da+Lei+11079+e>, no dia 05/12/2018, às 16:15hs

² Licitações e Contratos administrativos – observações para hoje e para amanhã, Revista de Direito Constitucional e Internacional, vol. 3, p. 168, São Paulo: Revista dos Tribunais.

8. Assim, com fundamento no instituto da sanatória (art. 55 da Lei nº 9.784/1999)³, considerando a declaração de FURNAS apresentada pelo recorrente e a declaração e demais documentos anexos ao presente recurso, vê-se que é inequívoca a satisfação dos requisitos constantes ao item “I”, subitem “4”, Capítulo 8 (REQUISITOS PARA QUALIFICAÇÃO), do Anexo I – Termo de Referência, do Edital de Credenciamento nº IL.PPSA.104/2018 pelo escritório licitante para seu credenciamento, de modo que a decisão da comissão examinadora da PPSA merece ser reformada mediante o provimento do presente recurso administrativo.

9. Não haverá, por certo, no caso de provimento do presente recurso, lesão ao interesse da PPSA para justificar a manutenção da decisão de não credenciamento do escritório recorrente. Ao contrário. A finalidade precípua do edital e da própria lei de licitações é garantir a habilitação/credenciamento do licitante mais capacitado, o que, de acordo com a documentação juntada à época do credenciamento e nesta oportunidade complementada, garante que o escritório recorrente satisfaz todos os requisitos para sua habilitação.


10. Ademais, ainda que o procedimento licitatório, assim como o processo judicial, seja composto por fases e atos sucessivos, em hipóteses excepcionais é autorizado ao licitante a juntada de documentação complementar, com a finalidade de demonstrar que a decisão da comissão examinadora está equivocada, exatamente como pretende a recorrente na hipótese vertente.

11. O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em precedente que sepultou o formalismo na fase de habilitação/credenciamento das licitações já decidiu que *“no procedimento, é juridicamente possível a juntada de documento meramente explicativo e complementar de outro preexistente ou para efeito de produzir contraprova e demonstração do equívoco do que foi decidido pela administração, sem a quebra de princípios legais ou constitucionais.”* Confira-se íntegra da ementa abaixo:

“DIREITO PÚBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. VINCULAÇÃO AO EDITAL. INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO PELO JUDICIÁRIO, FIXANDO-SE O SENTIDO E O ALCANCE DE CADA UMA DELAS E ESCOIMANDO

³ Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

EXIGÊNCIAS DESNECESSÁRIAS E DE EXCESSIVO RIGOR PREJUDICIAIS AO INTERESSE PÚBLICO. POSSIBILIDADE. CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA PARA ESSE FIM. DEFERIMENTO. O "edital" no sistema jurídico-constitucional vigente, constituindo lei entre as partes, e norma fundamental da concorrência, cujo objetivo é determinar o "objeto da licitação", discriminar os direitos e obrigações dos intervenientes e o poder público e disciplinar o procedimento adequado ao estudo e julgamento das propostas. Consoante ensinam os juristas, o princípio da vinculação ao edital não é "absoluto", de tal forma que impeça o judiciário de interpretar-lhe, buscando-lhe o sentido e a compreensão e escoimando-o de cláusulas desnecessárias ou que extrapolem os ditames da lei de regência e cujo excessivo rigor possa afastar, da concorrência, possíveis proponentes, ou que o transmude de um instrumento de defesa do interesse público em conjunto de regras prejudiciais ao que, com ele, objetiva a administração. O procedimento licitatório é um conjunto de atos sucessivos, realizados na forma e nos prazos preconizados na lei; ultimada (ou ultrapassada) uma fase, "preclusa" fica a anterior, sendo defeso, a administração, exigir, na (fase) subsequente, documentos ou providências pertinentes aquela já superada. Se assim não fosse, avanços e recuos mediante a exigência de atos impertinentes a serem praticados pelos licitantes em momento inadequado, postergariam indefinidamente o procedimento e acarretariam manifesta insegurança aos que dele participam. O seguro garantia a que a lei se refere (art. 31, III) tem o visio de demonstrar a existência de um mínimo de capacidade econômico-financeira do licitante para efeito de participação no certame e sua comprovação condiz com a fase de "habilitação". Uma vez considerada habilitada a proponente, com o preenchimento desse requisito (qualificação econômico-financeira), descabe a administração, em fase posterior, reexaminar a presença de pressupostos dizentes a etapa em relação a qual se operou a "preclusão". O edital, "in casu", só determina, aos proponentes, decorrido certo lapso de tempo, a porfiar, em tempo cômputo, pela prorrogação das propostas (subitem 6.7); acaso pretendesse a revalidação de toda a documentação conectada a proposta inicial, tê-lo-ia expressado com clareza, mesmo porque, não só o seguro-garantia, como inúmeros outros documentos têm prazo de validade. No procedimento, é juridicamente possível a juntada de documento meramente explicativo e complementar de outro preexistente ou para efeito de produzir contra-prova e demonstração do equívoco do que foi decidido pela administração, sem a quebra de princípios legais ou constitucionais. O "valor" da proposta "grafado" somente em "algarismos" - sem a indicação por extenso - constitui mera irregularidade de que não resultou prejuízo, insuficiente, por si só, para desclassificar o licitante. A "ratio legis" que obriga, aos participantes, a oferecerem propostas claras e tão só a de propiciar o entendimento a administração e aos administrados. Se o valor da proposta, na hipótese, foi perfeitamente compreendido, em sua inteireza, pela comissão especial (e que se presume de alto nível intelectual e técnico), a ponto de, ao primeiro exame, classificar o consórcio impetrante, a ausência de consignação da quantia por "extenso" constitui mera imperfeição, balda que não influenciou na



*"decisão" do órgão julgador (comissão especial) que teve a ideia a percepção precisa e indiscutível do "quantum" oferecido. O formalismo no procedimento licitatório não significa que se possa desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes. Segurança concedida. Voto vencido"*⁴.

12. A possibilidade de correção dos atos administrativos e a juntada de documentação meramente explicativa em fase posterior do certame compõem o que vem sendo chamado modernamente pela doutrina e pela jurisprudência de *princípio do formalismo moderado*, de aplicação reiterada pelo **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**. *In verbis*:

*"No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados."*⁵

*"As exigências para o fim de habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário. Caberia, no máximo, por parte da instituição promotora da licitação "promover diligência destinada a esclarecer a questão, indagando da empresa a utilização ou não de menores aprendizes", o que não configuraria irregularidade, qualquer que fosse a resposta obtida. Precedente citado: Acórdão no 7334/2009 – 2ª Câmara."*⁶

*"Ressalto, preliminarmente, que o edital não constitui um fim em si mesmo. Trata-se de instrumento para a consecução das finalidades do certame licitatório, que são assegurar a contratação da proposta mais vantajosa e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados, nos precisos termos do art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993. Assim, a interpretação e aplicação das regras nele estabelecidas deve sempre ter por norte o atingimento das finalidades da licitação, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuem para esse desiderato."*⁷

⁴ MS 5.418/DF, Rel. Ministro **DEMÓCRITO REINALDO**, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/03/1998, DJ 01/06/1998, p. 24.

⁵ TCU. Processo nº 032.668/2014-7. Acórdão nº 357/2015 — Plenário. Relator: ministro Bruno Dantas.

⁶ TCU. Processo nº 008.284/2005-9. Acórdão nº 2003/2011 — Plenário. Relator: ministro Augusto Nardes.

⁷ TCU. Processo nº 017.101/2003-3. Acórdão nº 1.758/2003 — Plenário. Relator: ministro Walton Alencar.

13. Como se vê, doutrina e jurisprudência admitem a juntada de documentos meramente complementares e explicativos em fase posterior do certame com fundamento no *princípio do formalismo moderado*, evitando-se, com isso, a inabilitação/descredenciamento de proponentes qualificados.


14. De todo modo, passa o recorrente a demonstrar que, mesmo sem a juntada de qualquer documentação complementar, os requisitos exigidos pelo Edital foram devidamente atendidos pelo escritório CANDIDO DE OLIVEIRA ADVOGADOS com a documentação apresentada tempestivamente, de modo que a decisão de não credenciamento merece ser reformada.

IV – O DOCUMENTO JUNTADO ATENDE AOS REQUISITOS DA ÁREA 2 DO INSTRUMENTO DE CONVOCAÇÃO (DIREITO ADMINISTRATIVO)

15. É relevante pontuar, de início, que, ao contrário do que constou na decisão de não credenciamento – acredita-se por erro material – **o escritório recorrente apresentou documentação comprobatória de execução de serviços referentes à Área de Atuação 2, Direito Administrativo** (uma declaração prestada por FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.).

16. A referida declaração, de duas laudas, revela que o advogado Francisco de Assis Chagas de Mello e Silva, um dos sócios principais do escritório recorrente, exerceu durante aproximadamente duas décadas a **chefia do departamento jurídico e a chefia do departamento de consultoria jurídica de FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.**, sociedade de economia mista de composição acionária semelhante à PPSA, de destacada atuação no mercado de energia elétrica.

17. Dentre as funções exercidas pelo referido advogado, **estão incluídos todos os serviços referentes à Área de Atuação 2, Direito Administrativo, exigidos pelo item “I”, subitem “4”, Capítulo 8 (REQUISITOS PARA QUALIFICAÇÃO), do Anexo I – Termo de Referência.**



18. Com todas as vênias, o apego à literalidade e ao formalismo da Comissão de Licitação, que passou a considerar, para fins de credenciamento, apenas o que vinha descrito *ipsis litteris* no instrumento convocatório, conduziu à decisão, equivocada no entendimento do postulante, de não credenciá-lo.

19. Com efeito, a atuação nas matérias listadas no item “I”, subitem “4”, Capítulo 8 (REQUISITOS PARA QUALIFICAÇÃO), do Anexo I – Termo de Referência (licitações e contratos administrativos, defesa de impugnação à licitação, regime jurídico de servidores da União, improbidade administrativa, atuação perante a CGU e TCU, atuação em contencioso administrativo ou judicial) **podem ser deduzidas, sem exceção, da declaração emitida por FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.**


20. O fato de não reproduzir a descrição das matérias nos exatos termos do edital não pode ser motivo para não credenciamento do escritório postulante, como se ele não tivesse experiência nesses assuntos.

21. FURNAS é uma sociedade de economia mista, subsidiária da Eletrobras. Suas contratações estão submetidas aos ditames da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 13.303/2016, que regulam as licitações e contratos com as sociedades de economias mistas e empresas públicas. Nesse sentido, veja-se os arts. 1º e 3º do Estatuto Social da Companhia:

“Art. 1º. Furnas - Centrais Elétricas S.A., que usará a abreviatura Furnas, é uma sociedade anônima de economia mista, constituída na forma do Decreto Federal nº 41.066, de 28 de fevereiro de 1957, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras.

(...)

Art. 3º. Furnas observará, no que forem aplicáveis, os princípios gerais da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961 e suas alterações posteriores, além de obedecer a Lei nº 13.303, de 2016 e sua regulamentação, bem como a políticas e normas estabelecidas pela Eletrobras.”




22. Dessa forma, quando a declaração apresentada pelo postulante menciona, dentre outras atribuições do sócio Francisco de Assis Chagas de Mello e Silva à frente do departamento jurídico e de consultoria jurídica da referida companhia, a de *“examinar os aspectos jurídicos dos contratos celebrados pela companhia, participando de sua formação desde a fase preliminar, dando-lhes forma jurídica adequada e promovendo, nos casos em que a lei determinar, a legalização e registro dos instrumentos nos órgãos públicos competentes”*, é evidente que a atuação se dá à luz Lei nº 8.666/93 e Lei nº 13.303/2016.

23. Vale dizer, se a relação de FURNAS com terceiros prestadores de serviço e fornecedores em geral se dava através de licitação e contratos administrativos (conforme determina seu estatuto) e se era incumbência do Diretor Jurídico e do Consultor Jurídico (ambas exercidas pelo sócio do escritório postulante) participar da forma dessas contratações desde a sua origem (processo licitatório), até a sua formalização e registro, conforme constou da declaração, não pode haver dúvida quanto à prova de experiência exigida pelo edital.

24. A circunstância de não estar explicitamente mencionado, na referida declaração, a Lei nº 8.666/93 ou o fato de que ali se está a tratar de contratos administrativos decorrentes de processo licitatório, não afasta essa obviedade, pois, repita-se, FURNAS é, tal como a PPSA, uma sociedade de economia mista, estando sua atuação, por força de lei, submetida aos ditames da Lei nº 8.666/93.

25. O mesmo acontece em relação às atividades relacionadas à representação em processos administrativos e judiciais, inclusive perante a CGU e TCU, envolvendo, também, matérias ligadas ao regime de servidores e improbidade administrativa. Toda essa atuação está incluída na atribuição do Departamento Jurídico de FURNAS, tal qual ocorre com a PPSA, quando a declaração por ela prestada faz referência à *“Representar e defender os interesses da Companhia na esfera judiciária ou administrativa, em qualquer instância ou tribunal, seja qual for a natureza da matéria (trabalhista, previdenciária, fiscal, civil, comercial, do direito administrativo e etc), mantendo o controle do curso dos processos e diligenciando no sentido de que tenham adequado andamento sem prejuízo da representação cometida aos advogados descentralizados.”*



26. Frise-se que uma das certidões apresentadas pelo escritório postulante em nome do advogado Francisco de Assis Chagas de Mello e Silva, relativa à comprovação de atuação perante a Justiça Federal dá conta de sua atuação na defesa de FURNAS em demandas jurídicas de diversas naturezas, tal como é exigido pelo edital.


27. Ademais, tamanha foi a competência do advogado quando representava os interesses da companhia integrando seu quadro jurídico e consultivo interno que, em 2005, depois de aposentado e quando já integrava o contrato social do escritório postulante, voltou a atuar na defesa jurídica e administrativa de FURNAS, mediante a celebração de contrato de prestação de serviços técnicos profissionais como advogado (contrato advocatício).

28. Como se vê do objeto do contrato anexo, publicado no DOU do dia 04.04.2005, as áreas de atuação do escritório junto à FURNAS foram em tudo semelhante ao que é exigido pelo edital no que tange à representação da PPSA. Vejamos:

“3. Objeto: Contratação do Escritório Candido de Oliveira Advogados, para prestação de serviços técnico profissionais de natureza jurídica especializada, compreendendo consultoria e assistência jurídica preventiva no âmbito do Direito Societário, Empresarial, Administrativo e Falimentar e, ainda, o acompanhamento de processo de nº 2003.001.048470-4, de interesse de Furnas. ”

29. Temos, portanto, de maneira muito clara: **(i)** a capacitação técnica do profissional que, muito embora não tenha sido descrita nos exatos termos do edital, é comprovada de forma inequívoca pelos documentos apresentados e **(ii)** a capacitação técnica do escritório, pela prestação de serviço à FURNAS (sociedade de economia mista tal como a PPSA), nas diversas áreas do direito exigidas pelo edital.

30. A declaração anexa, firmada de próprio punho pelo advogado sócio do escritório recorrente, sob as penas de lei, confirma que todas as atividades alinhadas pelo Edital relativas à Área de Atuação 2 (Direito Administrativo), compõem as atividades rotineiras exercidas pelo causídico junto à concessionária de serviço público FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. por muito mais tempo (mais de 20 anos) do que é formalmente exigido (1 ano de atuação).



31. Tamanha experiência (chefia do departamento jurídico e chefia da consultoria jurídica de FURNAS, somando aproximadamente duas décadas de atuação no setor) não merece ser descartada por apego à literalidade e ao formalismo.

32. É de se pontuar que a declaração apresentada na data prevista no Edital para envio dos documentos de credenciamento foi redigida e emitida por setor específico da concessionária de serviço público (FURNAS), sendo este o único modelo de declaração disponível para emissão com a finalidade de atender exigências previstas em qualquer concorrência, pública ou privada por aquela instituição.

33. Em suma, mantida a decisão recorrida, a Comissão de Licitação estará atribuindo maior peso à literalidade e ao formalismo em detrimento do conteúdo, o que, como já demonstrado acima, vem sendo constantemente rechaçado pela doutrina especializada e pelos Tribunais Superiores.

V - PEDIDO

34. Por todo o exposto, o escritório CANDIDO DE OLIVEIRA ADVOGADOS, requer e confia no **conhecimento e provimento** do presente recurso, para que a Comissão de Licitação, com fundamento no art. 62, §4º, do RIL-PPSA, **reforme a decisão recorrida e declare o credenciamento do ora recorrente nos termos do Edital de Credenciamento IL.PPSA.104/2018.**

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2018.


CANDIDO DE OLIVEIRA ADVOGADOS

CANDIDO DE OLIVEIRA BISNETO
ASSIS DE MELLO E SILVA
LEONARDO MOREIRA LIMA
RICARDO BRAJTERMAN
LUIZ TAVARES CORRÊA MEYER
MARCELLO OLIVEIRA
LILIBETH DE AZEVEDO
LUCIANA DE SOUZA CORRÊA
ANDRÉ DALLALANA
EDUARDO BRAGA BACAL
RAFAEL FERREIRA MENDES

ELIANE PINHEIRO
RAFAEL BRAGA MONERÓ
RAPHAEL VICTOR CIPRIANO
ANDRÉ LUÍS REGATTIERI MARINS
DANIEL DE SANTANA DEJOS
MARIANA CANDIDO DE OLIVEIRA
FABRÍCIO TAVARES DE ANDRADE SALLES
.....
Advogados
.....
EVERARDO MOREIRA LIMA
.....
Consultor

*Rua México n° 98 – 10° andar – Centro
Rio de Janeiro – RJ CEP 20031-141
Tel. 55 21 2240-7746*

*SHN, Quadra 01, Bloco “A” – Conjunto “A”
Le Quartier Hotel & Bureau – sala 726
Brasília – DF
Tel. 55 61 3326-5711*

www.candidodeoliveira.adv.br

DECLARAÇÃO

Declaro, para os fins que se fizerem necessários, especialmente, para produzir prova perante o processo de Credenciamento IL.PPSA.104/2018, em fase recursal, que o documento lavrado por Furnas Centrais Elétricas S/A preenche, com exatidão, as exigências constantes do Edital relativo ao item “Da Experiência”, subitem “4”, estabelecido no Capítulo “8 – REQUISITOS PARA A QUALIFICAÇÃO”, do Anexo I.

Na verdade, através da declaração de Furnas, sequer é necessário ler nas entrelinhas para deduzir que o signatário, na qualidade de ex chefe do Departamento Jurídico e da Consultoria Jurídica da Empresa, por vinte anos, detinha, como detém, a experiência exigida explicitamente pelo Edital. Ora, é fato notório que Furnas é uma empresa concessionária de serviço público de energia elétrica, subordinada à ELETROBRAS, e, como tal, uma empresa de economia mista, sujeita, portanto, a todos os princípios de natureza legal insculpidos na legislação pertinente, em especial a Carta Maior.

O Departamento, presumidamente especializado, que apresentou mencionada Declaração, nada mais fez do que reproduzir as atribuições do Chefe e do Consultor Jurídico no exercício das suas funções. Não foi explícito para atender as exigências do Edital, mas nem precisava, eis que numa concessionária de serviço público da envergadura de Furnas, as atividades alinhadas pelo Edital compreendem a rotina do Jurídico da empresa.

Assim é que, (i) matérias ligadas a licitações e contratos da Administração Pública (Lei nº 13.303/2016 e/ou Lei nº 8.666/1993), inclusive organização de licitações; e (ii) defesas de impugnações a licitações; e (iii) matérias ligadas ao regime jurídico dos servidores da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112/1990); e (iv) matérias ligadas à observância da legislação de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992); e (v) questões ligadas à Corregedoria Geral da União (CGU) ou ao Tribunal de Contas da União (TCU), eram temas atacados diuturnamente pelo Consultor Jurídico da empresa, não apenas durante um ano (exigência do Edital), mas por mais de duas décadas.

Nunca será demais acrescentar que o ora declarante, depois de deixar a empresa Furnas, fundou a Ouvidoria da “holding”, Eletrobrás, e tornou-se o seu primeiro Ouvidor, além de coordenar, nessa oportunidade, a elaboração do Código de Ética para o Setor Elétrico Brasileiro.

Por último, o declarante deseja registrar que está velho, mas não o suficiente para esquecer as atividades desempenhadas por toda uma vida.

Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 2018.



FRANCISCO DE ASSIS CHAGAS DE MELLO E SILVA

OAB/RJ 18.735



MANUAL DE ORGANIZAÇÃO

1. DOCUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO

1.1. Estatuto Social

Secretaria de Governança Corporativa - SG

Módulo 1.1.

Dt Vigência:

19/01/2018

x

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, SEDE E OBJETO DA SOCIEDADE

Art. 1º. Furnas - Centrais Elétricas S.A., que usará a abreviatura Furnas, é uma sociedade anônima de economia mista, constituída na forma do Decreto Federal nº 41.066, de 28 de fevereiro de 1957, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras.

Art. 2º. Furnas tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro no Estado do Rio de Janeiro, sua duração é por tempo indeterminado, podendo criar sucursais, filiais, agências e escritórios no país e no exterior.

Art. 3º. Furnas observará, no que forem aplicáveis, os princípios gerais da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961 e suas alterações posteriores, além de obedecer a Lei nº 13.303, de 2016 e sua regulamentação, bem como a políticas e normas estabelecidas pela Eletrobras.

Art. 4º. Furnas tem por objeto social:

- a) realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas produtoras, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades, de acordo com legislação vigente;
- b) participar de pesquisas de seu interesse empresarial no setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos;
- c) contribuir para a formação do pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica;
- d) participar de entidades destinadas à coordenação operacional de sistemas elétricos interligados;
- e) prestar serviços de laboratório, telecomunicação, operação e manutenção do sistema de geração e transmissão de energia elétrica além de apoio técnico, operacional e administrativo às empresas concessionárias, às autorizadas e às permissionárias de serviço público de energia elétrica;
- f) participar de associações ou organizações de caráter técnico, científico ou empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, de interesse para o setor de energia elétrica;
- g) comercializar direitos provenientes dos resultados de pesquisa, desenvolvimento e inovação da empresa, relacionados ao setor energético, ligadas à geração e transmissão de energia elétrica, mediante manifestação favorável da Diretoria Executiva da Eletrobras;
- h) colaborar com a Eletrobras nos programas relacionados com a promoção e incentivo da indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, bem como para a sua normalização técnica, padronização e controle de qualidade;
- i) comercializar direitos de uso ou de ocupação de torres, instalações eletroenergéticas e prediais, equipamentos e instrumentos e demais partes que possam constituir recurso de infraestrutura de telecomunicações da empresa; e
- j) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica sob regime de concessão, autorização ou permissão.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES

Art. 5º Furnas, consoante disposições legais vigentes, deverá, entre outras obrigações:

I - nortear suas ações, buscando a sustentabilidade por meio do equilíbrio econômico, financeiro, social e ambiental nas operações e nas oportunidades de negócio;

II - observar e cumprir com o Programa de Compliance das empresas Eletrobras;

III – observar e, quando houver controladas, fazer com que estas observem os requisitos de transparência previstos na legislação em vigor; e

IV - atuar em inteira conformidade com o Código de Ética e de Conduta das Empresas Eletrobras e com a Lei Contra Práticas de Corrupção Estrangeiras de 1977 dos Estados Unidos da América (United States Foreign Corrupt Practices Act of 1977, 15 U.S.C. §78-dd-1, et seq., as amended), e suas subseqüentes alterações, doravante denominada FCPA, e a Lei nº 12.846/2013, bem como qualquer legislação antissuborno e anticorrupção aplicável, ou qualquer outra legislação, regra ou regulamento de propósito e efeito similares, abstendo-se de praticar qualquer conduta que possa ser proibida a pessoas sujeitas à FCPA e a legislação brasileira anticorrupção.

Art. 6º. Furnas deve tomar todas as providências cabíveis para que seus administradores, agentes, empregados e quaisquer outras pessoas agindo em seu nome, e, quando existir, em suas controladas, administradores, agentes, empregados e quaisquer outras pessoas agindo em nome destas procedam de acordo com o disposto no Código de Ética e de Conduta das Empresas Eletrobras, na FCPA e na legislação brasileira anticorrupção.

CAPÍTULO III - DO CAPITAL SOCIAL, DAS AÇÕES E DOS ACIONISTAS

Art. 7º. O capital social é de R\$ 6.531.154.365,54 (seis bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) dividido em 52.739.026.167 (cinquenta e dois bilhões, setecentos e trinta e nove milhões, vinte e seis mil, cento e sessenta e sete) ações ordinárias, com direito a voto, e 14.864.684.511 (quatorze bilhões, oitocentos e sessenta e quatro milhões, seiscentas e oitenta e quatro mil, quinhentas e onze) ações preferenciais, sem direito de voto, perfazendo um total de 67.603.710.678 (sessenta e sete bilhões, seiscentos e três milhões, setecentos e dez mil e seiscentas e setenta e oito) ações todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo único. As ações preferenciais não se podem converter em ações ordinárias e terão as seguintes preferências ou vantagens:

a) prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;

b) dividendo prioritário, mínimo cumulativo de 10% (dez por cento) ao ano, e participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nos lucros que remanescerem depois de pago um dividendo de 12% (doze por cento) ao ano às ações ordinárias; e

c) direito de voto nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias sobre a alteração do Estatuto.

Art. 8º. Os aumentos do capital social de Furnas serão realizados mediante subscrição particular e/ou incorporação de reservas, de acordo com normas e condições estabelecidas dentre as modalidades admitidas em lei.

§ 1º O aumento de capital social será encaminhado à Assembleia Geral Extraordinária pelo Conselho de Administração por proposta da Diretoria Executiva, acompanhada por parecer do Conselho Fiscal.

§ 2º O acionista que não fizer a integralização de acordo com as normas e condições a que se refere o presente artigo ficará de pleno direito constituído em mora, aplicando-se correção monetária, juros de 12% (doze por cento) ao ano e a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da prestação vencida.

CAPÍTULO IV - DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 9º. A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á dentro dos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, em dia e hora previamente fixados, na sede de Furnas para:

I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e

- III - eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e os do Conselho Fiscal, e fixar a remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, observada a legislação aplicável.

§ 1º A mesa que dirigirá os trabalhos da Assembleia Geral será constituída pelo Presidente do Conselho de Administração, ou na sua ausência ou impedimento por quem a Assembleia escolher, e por um secretário, escolhido dentre os presentes.

§ 2º O acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

§ 3º A competência para deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral é do Conselho de Administração. A competência assiste ainda ao Conselho Fiscal e aos acionistas, nos casos previstos em lei.

Art. 10. A Assembleia Geral será convocada em especial para deliberar sobre:

I - alienação, no todo ou em parte, de ações do seu capital social ou de suas controladas; abertura ou alteração do capital social; venda de valores mobiliários, se em tesouraria; venda de debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emissão de debêntures conversíveis em ações;

II - operações de cisão, fusão, incorporação societária, dissolução e liquidação da empresa;

III – permuta de ações ou outros valores mobiliários;

IV - reforma do Estatuto Social;

V - autorização para a empresa mover ação de responsabilidade civil contra os administradores pelos prejuízos causados ao seu patrimônio;

VI - eleição e destituição, a qualquer tempo, de liquidantes, julgando-lhes as contas;

VII – avaliação de bens que o acionista concorrer para a formação do capital social; e

VIII - outros assuntos que forem propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

§1º A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob rubrica genérica.

§2º O Edital de Convocação poderá condicionar a representação do acionista na Assembleia Geral, além dos requisitos previstos em lei, ao depósito, na sede da sociedade, do comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações em custódia com 72 (setenta e duas horas) de antecedência do dia marcado para realização da Assembleia Geral.

§3º As deliberações da Assembleia serão registradas no livro de atas, podendo ser lavradas de forma sumária.

CAPÍTULO V - DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 11. Furnas será administrada por um Conselho de Administração, órgão colegiado de funções deliberativas, com atribuições previstas na lei e neste Estatuto, e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo único. O Diretor-Presidente de Furnas não poderá ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração.

Art. 12. Os membros do Conselho de Administração deverão ser brasileiros e os membros da Diretoria Executiva e dos Comitês de Apoio ao Conselho de Administração deverão ser brasileiros, residentes e domiciliados no país.

§1º As atas de Assembleia Geral ou de reunião do Conselho de Administração que elegerem, respectivamente, conselheiros de Administração e diretores de Furnas deverão conter a qualificação de cada um dos eleitos e o prazo de gestão e, quando a lei exigir certos requisitos para a investidura, somente poderão ser eleitos e empossados aqueles que tenham exibido os necessários comprovantes, dos quais se arquivará cópia autenticada na sede de Furnas.

§ 2º Os requisitos deverão ser comprovados documentalmente, utilizando-se para tal todas as informações contidas no formulário padronizado, aprovado pela Secretaria de Coordenação e

Governança das Empresas Estatais.

Art. 13. A investidura em cargo de administração de Furnas observará as condições impostas pela legislação aplicável, bem como aquelas previstas na Política de Indicação das empresas Eletrobras.

§ 1º Além das condições para investidura mencionadas no caput deste artigo, o indicado para o cargo de diretor, inclusive o Diretor-Presidente, deverá ter:

I - experiência profissional de, pelo menos 05 (cinco) anos, em atividade ou função, diretamente ligada ao tema principal da Diretoria.

§ 2º O limite máximo de participação do conselheiro em Conselhos de Administração não poderá ser superior a 05 (cinco), considerando-se o de Furnas, observada a limitação remuneratória.

§ 3º É vedada a participação remunerada de membros da administração pública federal, direta ou indireta, em mais de 2 (dois) órgãos colegiados de empresa estatal, incluídos os conselhos de administração e fiscal e os Comitês de Auditoria.

§ 4º Os administradores eleitos devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, código de conduta, a Lei nº 12.846/2013 e demais temas relacionados às atividades de Furnas.

§ 5º É vedada a recondução do administrador que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela empresa nos últimos dois anos.

Art. 14. Cada membro dos órgãos da administração deverá, antes de entrar no exercício das funções e ao deixar o cargo, apresentar declaração de bens à empresa, à Comissão de Ética Pública da Presidência da República – CEP/PR e ao Tribunal de Contas da União.

Art. 15. Os conselheiros de administração e diretores serão investidos nos seus cargos, mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

§ 1º Se o termo de posse não for assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à eleição, esta tornar-se-á sem efeito, salvo justificativa aceita pelo órgão da administração para o qual tiver sido eleito.

§ 2º O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade: a indicação de pelo menos um domicílio no qual o administrador receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais reputar-se-ão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, o qual somente poderá ser alterado mediante comunicação por escrito a Furnas.

Art. 16. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva responderão, nos termos da legislação vigente, individual e solidariamente, pelos atos que praticarem e pelos prejuízos que deles decorram para Furnas, salvo se o administrador dissidente fizer consignar em ata de reunião do órgão de administração respectivo sua divergência ou, não sendo possível, dela der ciência imediata e por escrito ao órgão de administração, ao conselho fiscal ou à assembleia de acionistas.

Art. 17. Os administradores são responsáveis, na forma da lei, pelos prejuízos ou danos causados no exercício de suas atribuições.

§ 1º Furnas assegurará aos integrantes e ex-integrantes da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados, pela prática de atos no exercício do cargo ou função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da companhia.

§ 2º O benefício previsto no parágrafo primeiro deste artigo aplica-se aos ocupantes e ex-ocupantes de função de confiança e demais empregados e ex-empregados regularmente investidos de competência por delegação dos administradores.

§ 3º A forma do benefício mencionado nos §§ 1º e 2º será definida pelo Conselho de Administração, ouvida a área jurídica de Furnas.

§ 4º Se algum dos ocupantes dos cargos ou funções mencionadas nos §§ 1º e 2º for condenado, em decisão judicial transitada em julgado, com fundamento em violação de lei ou do Estatuto Social, ou decorrente de ato culposos ou doloso, deverá ressarcir à Furnas todos os custos e despesas decorrentes da defesa de que trata o § 1º, além de eventuais prejuízos causados.

§ 5º Furnas poderá manter, na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração, contrato de seguro permanente em favor dos ocupantes dos cargos ou funções mencionadas no § 1º, para cobertura das despesas processuais e honorários advocatícios de processos administrativos ou judiciais contra eles instaurados e relativos às suas atribuições junto a Furnas.

§6º Os administradores de Furnas que vierem a criar vantagens salariais sem previsão ou em desacordo com o estabelecido nos contratos de trabalho, plano de cargos e salário, acordo coletivo de trabalho, normas internas ou com a legislação vigente responderão pelos prejuízos causados à companhia com base no caput deste artigo.

Art. 18. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva reunir-se-ão, com quórum de instalação de maioria absoluta, metade dos membros eleitos mais um, e deliberarão pelo voto da maioria dos membros presentes.

§ 1º Nas deliberações do Conselho de Administração e resoluções da Diretoria Executiva, os respectivos Presidentes terão, além do voto pessoal, o de desempate.

§ 2º As decisões dos administradores deverão observar as políticas corporativas e as diretrizes estratégicas estabelecidas pela controladora.

§ 3º É vedado ao administrador deliberar sobre matéria conflitante com seus interesses ou relativa a terceiros sob sua influência, nos termos da legislação vigente. Nessa hipótese, deverá registrar em ata a divergência e eximir-se de discutir o tema.

CAPÍTULO VI - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 19. O Conselho de Administração, órgão colegiado superior de Furnas, será integrado por 07 (sete) membros, eleitos pela Assembleia Geral, com prazo de gestão unificado de 02 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas.

§ 1º O Conselho de Administração observará a seguinte composição:

I – 01 (um) conselheiro será indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na forma da legislação vigente;

II – 01 (um) conselheiro eleito representante dos empregados, escolhido nos termos da legislação vigente;

III – 01 (um) conselheiro de administração indicado pelo acionista controlador, que será eleito Diretor-Presidente; e

IV – 04 (quatro) conselheiros indicados pela Eletrobras, dentre os quais 2 (dois) serão independentes, nos termos da legislação aplicável.

§ 2º O conselheiro representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse.

§ 3º As matérias que configurem conflito de interesses, conforme disposto no § 2º acima, serão deliberadas em reunião especial exclusivamente convocada sem a presença do conselheiro de administração representante dos empregados, sendo-lhe assegurado o acesso à ata de reunião e aos documentos referentes às deliberações, no prazo de até 30 (trinta) dias.

§ 4º O Conselho de Administração deverá ser composto, no mínimo, por 25% (vinte e cinco por cento) de membros independentes, nos termos da Lei nº 13.303/2016.

§ 5º A Eletrobras deverá indicar os membros independentes do Conselho de Administração de que trata o § 4º do presente artigo, caso os demais acionistas não o façam.

§ 6º Além dos casos previstos em lei, dar-se-á vacância do cargo quando o membro do Conselho de Administração deixar de comparecer, sem justificativa, a 02 (duas) reuniões consecutivas ou 03 (três) intercaladas, nas últimas 12 (doze) reuniões.

§ 7º No caso de vacância da função de Conselheiro de Administração, o Presidente do colegiado

- deverá dar conhecimento ao órgão representado e o Conselho designará o substituto, por indicação daquele órgão, para completar o prazo de gestão do conselheiro anterior.

§ 8º O prazo de gestão dos membros do conselho de administração se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros.

§ 9º No prazo previsto no caput deste artigo serão considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de 02 (dois) anos.

§ 10 Atingido o prazo máximo de gestão previsto no caput deste artigo, o retorno do conselheiro de administração só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão.

§ 11 O Presidente do Conselho de Administração e o seu substituto serão designados pela Eletrobras dentre os seus indicados previstos no inciso IV, § 1º deste artigo.

Art. 20. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 01 (uma) vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

§ 1º O Conselho de Administração será convocado pelo seu Presidente e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes, as quais, quando contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão arquivadas na Junta Comercial competente e publicadas.

§ 2º A remuneração mensal devida aos membros do Conselho de Administração, fixada em Assembleia Geral, não excederá a 10% (dez por cento) da remuneração mensal média dos diretores, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da empresa.

§ 3º Os membros do Conselho de Administração terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião, e, somente de locomoção, quando residente na cidade.

Art. 21. Compete ao Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios de Furnas, o controle superior dos programas aprovados, bem como a verificação dos resultados obtidos. No exercício de suas atribuições, cabe também ao Conselho de Administração, sem prejuízo das competências previstas na legislação vigente:

I – deliberar sobre matérias de sua competência em consonância com a Política de Alçadas das empresas Eletrobras vigente;

II - autorizar Furnas a contrair empréstimos ou financiamentos, no país ou no exterior, em consonância com a Política de Alçadas das empresas Eletrobras vigente;

III - autorizar a prestação de garantia a empréstimos ou financiamentos, tomados no país ou no exterior, em consonância com a Política de Alçadas das empresas Eletrobras vigente;

IV – autorizar a execução de atos negociais visando à aquisição de bens e contratação de obras e serviços, em consonância com a Política de Alçadas das empresas Eletrobras vigente;

V - eleger e destituir os diretores da companhia e fiscalizar a sua gestão;

VI – implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos, controles internos e conformidade estabelecidos para a prevenção e a mitigação dos principais riscos a que está exposta Furnas, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e aqueles relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;

VII – analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal;

VIII – deliberar sobre a constituição de consórcios empresariais ou participações em sociedades que se destinem, direta ou indiretamente, à consecução do objeto social de Furnas, sob o regime de concessão, autorização ou permissão, mediante autorização do Conselho de Administração da Eletrobras;

IX – aprovar a indicação, feita pela Diretoria Executiva, dos membros para compor as diretorias e conselhos de administração e fiscal das sociedades em que participe, incluindo associações e

- fundações, submetendo sua escolha à aprovação da Eletrobras;
- X - aprovar a estrutura organizacional de Furnas;
- XI - monitorar a gestão da empresa mediante requisição de informações ou exame de livros e documentos, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e sobre quaisquer outros atos;
- XII – aprovar os relatórios da administração e de controles internos, bem como as contas da Diretoria Executiva;
- XIII - autorizar Furnas a emitir títulos e valores mobiliários, mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- XIV - escolher e destituir auditores independentes, segundo as diretrizes aprovadas pela Eletrobras, observada a legislação pertinente;
- XV – deliberar sobre a designação e dispensa do ocupante do cargo de titular da Auditoria Interna, após aprovação do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, e da Ouvidoria;
- XVI - deliberar sobre as atribuições e funcionamento da Auditoria Interna e da Ouvidoria;
- XVII – deliberar sobre propostas de implementação de medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das manifestações recebidas pela Ouvidoria;
- XVIII - solicitar auditoria interna periódica sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar que administra o plano de benefícios da companhia;
- XIX – elaborar, alterar e aprovar seu Regimento Interno, observadas as normas sobre composição e competência fixadas neste Estatuto e nas normas legais vigentes, bem como aprovar o Regimento Interno de Furnas;
- XX - deliberar sobre as estimativas de receitas, despesas e investimentos de Furnas em cada exercício, propostas pela Diretoria;
- XXI - deliberar sobre a remuneração aos acionistas, com base nos resultados intermediários apurados nos termos da legislação aplicável;
- XXII - deliberar sobre fazer e aceitar doações com ou sem encargos, observado o disposto no Manual de Compliance e no Código de Ética e de Conduta das Empresas Eletrobras, bem como na Política de Alçadas;
- XXIII - deliberar sobre a aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis, não relacionados ao cumprimento do objeto social de Furnas, em consonância com a Política de Alçadas das empresas Eletrobras vigente, observada a legislação aplicável;
- XXIV – autorizar a alienação ou aquisição de bens móveis e imóveis, diretamente relacionados ao cumprimento do objeto social de Furnas, em consonância com a Política de Alçadas das empresas Eletrobras vigente, observada a legislação aplicável;
- XXV - convocar as Assembleias Gerais;
- XXVI - aprovar a abertura de sucursais, filiais, agências e escritórios no Brasil ou no exterior, mediante autorização do Conselho de Administração da Eletrobras;
- XXVII - deliberar sobre o afastamento dos diretores, quando o prazo for superior a 30 (trinta) dias consecutivos;
- XXVIII – reunir-se, ao menos 01 (uma) vez por ano, sem a presença do Diretor-Presidente de Furnas, inclusive para aprovação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT e do Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna – RAINTE;
- XXIX– deliberar sobre o uso ou exploração, a qualquer título, e por qualquer pessoa ou entidade, de equipamentos, instalações, bens ou outros ativos da companhia, não vinculados à concessão, em consonância com a Política de Alçadas das empresas Eletrobras vigente;
- XXX – aprovar o Plano de Negócio e Gestão em conformidade com o Plano Diretor de Negócio e

• Gestão e o Plano Estratégico das empresas Eletrobras;

XXXI – aprovar o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, por meio do qual Furnas se compromete a cumprir as orientações estratégicas ali definidas visando atender às metas e resultados estabelecidos pela controladora;

XXXII - realizar a avaliação de desempenho, individual e coletiva, dos administradores, pelo menos 01 (uma) vez ao ano, nos termos da legislação vigente, com base nas diretrizes estabelecidas pela Eletrobras;

XXXIII – aprovar a política de transações com partes relacionadas, em conformidade com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade, que será revista, no mínimo, anualmente;

XXXIV – deliberar sobre a criação, funcionamento, por meio de regimento interno, e extinção de Comitês de Suporte ao Conselho de Administração para aprofundamento dos estudos estratégicos, bem como eleger e destituir seus membros, observada a legislação vigente;

XXXV – conceder férias ou licença de natureza facultativa, ao Diretor-Presidente;

XXXVI – aprovar o regulamento de pessoal e estabelecer o quantitativo de funções de confiança da administração superior de Furnas, mediante aprovação do Conselho de Administração da Eletrobras;

XXXVII - aprovar o quantitativo máximo de pessoal e a realização de concurso público de Furnas, mediante aprovação do Conselho de Administração da Eletrobras;

XXXVIII – aprovar e fiscalizar o cumprimento das metas e resultados específicos a serem alcançados pelos membros da Diretoria Executiva;

XXXIX - promover anualmente análise quanto ao atendimento das metas e dos resultados na execução do plano de negócio e gestão, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, diretamente ou por meio de sua controladora, nos termos da legislação vigente;

XL – deliberar sobre contratos referentes à comercialização de energia e combustíveis e às operações de contratação de instrumentos financeiros e securitários aceitos e necessários para garantia de processos judiciais e à liquidação financeira das operações realizadas no âmbito da CCEE, bem como nos casos de exportação de energia, observando:

a) as políticas e critérios estabelecidos pela Eletrobras; e

b) os limites de aprovação para contratos de compra e venda de energia elétrica e atos subsequentes a eles vinculados, incluindo contratação de instrumentos financeiros e securitários aceitos e necessários para garantia, em consonância com a Política de Alçadas das empresas Eletrobras.

XLI – encaminhar ao Conselho de Administração da Eletrobras, ou a quem ele delegar, quando solicitado, relatório dos resultados da comercialização de energia, incluindo a última contabilização disponível na CCEE;

XLII - discutir, aprovar e monitorar decisões que envolvam práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes conforme diretrizes da Eletrobras;

XLIII – deliberar sobre os acordos de acionistas a serem firmados por Furnas, se houver, ou suas subsidiárias, quando existir, antes de sua assinatura, cumprida a legislação vigente, mediante manifestação favorável da Eletrobras;

XLIV – manifestar-se sobre as propostas a serem submetidas à deliberação dos acionistas em assembleia;

XLV - aprovar o Regulamento de Licitações;

XLVI- manifestar-se sobre o relatório apresentado pela Diretoria-Executiva resultante da auditoria interna sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar;

XLVII - manifestar-se sobre remuneração dos membros da Diretoria e participação nos lucros da empresa;

XLVIII – ratificar as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração da Eletrobras, quando assim for determinado;

XLIX – estabelecer política de porta-vozes visando a eliminar risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da empresa; e

L – decidir os casos omissos neste Estatuto.

§ 1º O quantitativo de funções de confiança da administração superior de Furnas e o quantitativo máximo de pessoal, aprovados pelo Conselho de Administração nos termos dos incisos XXXVI e XXXVII deste artigo, serão submetidos, nos termos da lei, à aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST.

§ 2º As matérias a serem submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas pela Diretoria Executiva.

§ 3º Excluem-se da obrigação de publicação a que se refere o inciso XXXIX, as informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da empresa.

§ 4º O Conselho de Administração de Furnas contará com o assessoramento do Comitê de Auditoria e Riscos e do Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade da Eletrobras no que tange às atribuições dos Comitês de Auditoria e Elegibilidade previstas na Lei nº 13.303/16 e sua regulamentação.

Art. 22. O Conselho de Administração submeterá à apreciação do Conselho Fiscal o relatório anual da administração e respectivas demonstrações financeiras de cada exercício social.

Art. 23. O Conselho de Administração, em cada exercício, examinará e submeterá à decisão da Assembleia Geral Ordinária, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras elaboradas pela Diretoria Executiva em conformidade com a legislação societária vigente, bem como a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes, anexando o parecer do Conselho Fiscal e o certificado dos auditores independentes.

CAPÍTULO VII - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 24. A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular de Furnas.

Parágrafo único. O Diretor-Presidente e os diretores não poderão exercer funções de direção, administração ou consultoria em empresas de economia privada, concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, ou em empresas de direito privado ligadas de qualquer forma ao objeto social da Furnas, salvo na controladora, nas subsidiárias ou controladas, sociedades de propósito específico e empresas concessionárias sob controle estatal ou privado, em que a controladora ou a companhia tenha participação acionária, onde poderão exercer cargos na administração e no Conselho Fiscal, observadas as disposições da legislação vigente quanto ao recebimento de remuneração e vedações.

Art. 25. A Diretoria Executiva compor-se-á do Diretor-Presidente e até 05 (cinco) diretores, respeitando o mínimo de 03 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercerão suas funções em regime de tempo integral, com prazo de gestão unificado de 02 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas.

§ 1º O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros.

§ 2º No prazo previsto no caput deste artigo serão considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de 02 (dois) anos e a transferência de Diretor para outra Diretoria.

§ 3º Atingido o prazo máximo de gestão previsto no caput deste artigo, o retorno do diretor só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão.

§ 4º É condição para investidura em cargo de diretoria a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração.

Art. 26. Os integrantes da Diretoria Executiva não poderão afastar-se do exercício do cargo por mais de trinta dias consecutivos, salvo em caso de férias ou licença, sob pena de perda do cargo, exceto nos casos autorizados pelo Conselho de Administração nos termos do presente Estatuto.

§ 1º É vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa às férias não gozadas no decorrer do período concessivo.

§ 2º No caso de impedimento temporário, licença ou férias de qualquer dos membros da Diretoria Executiva, o substituto será indicado dentre os demais membros da Diretoria Executiva.

Art. 27. Vagando definitivamente cargo na Diretoria Executiva, utilizar-se-á o mesmo critério constante do § 2º do art. 26, para a substituição, até a realização da reunião do Conselho de Administração que decidir pela substituição definitiva e der posse ao novo diretor, preenchendo-se, assim, o cargo vago, pelo prazo que restava ao substituído.

Art. 28. Os membros da Diretoria Executiva ficam impedidos do exercício de atividades que configurem conflito de interesse, observados a forma e o prazo estabelecidos na legislação pertinente.

§ 1º Após o exercício da gestão, o ex-membro da Diretoria Executiva que estiver em situação de impedimento, poderá receber compensação de natureza indenizatória equivalente apenas ao honorário fixo mensal da função que ocupava observados os §§ 2º e 3º deste artigo.

§ 2º A configuração da situação de impedimento dependerá de prévia manifestação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

§ 3º Não terá direito à compensação de natureza indenizatória, o ex-membro da Diretoria Executiva que retornar, antes do término do período de impedimento, ao desempenho da função que ocupava na administração pública ou privada anteriormente à sua investidura, desde que não caracterize conflito de interesses.

Art. 29. No exercício das suas atribuições, compete à Diretoria Executiva, respeitadas as diretrizes e políticas fixadas pelo Conselho de Administração de Furnas:

I – aprovar, em harmonia com as diretrizes fundamentais fixadas pelo Conselho de Administração, normas orientadoras da ação de Furnas;

II – elaborar planos de emissão de títulos e valores mobiliários para serem submetidos à apreciação do Conselho de Administração e posteriormente à Assembleia Geral;

III – elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:

a) o Plano de Negócio e Gestão de Furnas para o exercício anual seguinte, em consonância com o Plano Diretor de Negócio e Gestão e o Plano Estratégico das empresas Eletrobras, e a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 05 (cinco) anos, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior;

b) os programas anuais de dispêndios e de investimentos de Furnas com os respectivos projetos;

c) os orçamentos de custeio e de investimentos de Furnas; e

d) a avaliação do resultado de desempenho das atividades de Furnas;

IV – elaborar, alterar e aprovar o seu Regimento Interno;

V- decidir sobre contratações de obras, empreitadas, fiscalização, locação de serviços, consultorias, fornecimentos e similares que envolvam recursos financeiros, em consonância com a Política de Alçadas das empresas Eletrobras vigente;

VI – aprovar normas de cessão de uso, locação ou arrendamento de bens imóveis de propriedade de Furnas;

VII – aprovar manuais e normas de administração, técnicas, financeiras e contábeis e outros atos normativos necessários à orientação do funcionamento de Furnas;

VIII – submeter à aprovação do Conselho de Administração proposta sobre planos que disponham sobre admissão, carreira, acesso, vantagens e regime disciplinar para os empregados de Furnas,

- observado o que a este respeito dispõem o estatuto e as diretrizes da Holding;

IX – aprovar os nomes indicados pelos diretores para preenchimento dos cargos que lhes são diretamente subordinados, observado o que a este respeito dispõem o estatuto e as diretrizes da Holding;

X – delegar competência aos diretores para decidirem, isoladamente, sobre questões incluídas nas atribuições da Diretoria Executiva;

XI – delegar poderes ao Diretor-Presidente, diretores e empregados para autorização de despesas, estabelecendo limites e condições, em consonância com a Política de Alçadas das empresas Eletrobras vigente;

XII – pronunciar-se nos casos de admissão, elogio, punição, transferência e demissão dos empregados subordinados diretamente aos diretores;

XIII – promover e prover a organização interna, mantendo-a constantemente atualizada;

XIV – encaminhar ao Conselho de Administração solicitações visando à captação de recursos, contratação de empréstimos e financiamentos, prestação de garantia e participação em parcerias, no país ou no exterior, em consonância com a Política de Alçadas das empresas Eletrobras;

XV – propor atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração, exceto para os casos já regulamentados em lei e observando-se o limite fixado na legislação vigente;

XVI - elaborar, em cada exercício, as demonstrações financeiras estabelecidas pela legislação societária vigente, submetendo-as ao exame dos auditores independentes, bem como elaborar a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes, para serem submetidos à apreciação do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos da Eletrobras, e, ao exame e deliberação da Assembleia Geral;

XVII – designar empregados de Furnas para missões no exterior, observados os procedimentos de aprovação junto à controladora;

XVIII – movimentar recursos de Furnas e formalizar obrigações em geral, mediante assinatura do Diretor-Presidente e de um diretor nos respectivos instrumentos obrigacionais, podendo esta competência ser delegada a procuradores ou empregados de Furnas, relacionados em atos específicos de Diretoria em consonância com a Política de Alçadas das empresas Eletrobras vigente;

XIX - autorizar férias ou licenças por até 30 (trinta) dias a qualquer de seus membros, exceto o diretor-presidente, designando o substituto na forma do parágrafo 2º do art. 26 deste Estatuto;

XX – deliberar sobre a aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis, em consonância com a Política de Alçadas das empresas Eletrobras vigente;

XXI - fiscalizar e acompanhar as sociedades empresariais, inclusive as Sociedades de Propósito Específico - SPEs, nas quais detenha participação acionária, no que se refere às práticas de governança, aos resultados apresentados e ao controle, proporcionais à relevância, à materialidade e aos riscos do negócio; e

XXII – aprovar instrução de voto para os representantes de Furnas nas Assembleias das empresas, nas quais detenha participação acionária, quando houver.

Art. 30. A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana, com a maioria dos seus membros e, extraordinariamente, mediante a convocação do Diretor-Presidente e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes.

CAPÍTULO VIII - DAS ATRIBUIÇÕES DO DIRETOR-PRESIDENTE E DOS DIRETORES

Art. 31. Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria, compete ao Diretor-Presidente, além da orientação da política administrativa e a representação de Furnas:

I - superintender os negócios de Furnas;

II – representar Furnas, judicial ou extrajudicialmente, ou ainda perante outras sociedades, acionistas

- ou público em geral e órgãos de fiscalização e controle, podendo delegar tais poderes a qualquer diretor, bem como nomear representantes, procuradores, prepostos ou mandatários;

III - admitir e demitir empregados;

IV - formalizar as nomeações aprovadas pela Diretoria;

V – designar comissão eleitoral com o objetivo de organizar a eleição do representante dos empregados no Conselho de Administração cabendo-lhe, ainda, proclamar o candidato vencedor e comunicar o resultado ao sócio controlador para adoção das providências necessárias à designação do representante dos empregados no Conselho de Administração; e

VI – exercer outras atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração.

Art. 32. São atribuições dos demais Diretores, sem prejuízo de outras atividades que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração:

§ 1º Compete ao Diretor de Engenharia:

I - atividades de estudos e projetos de geração e de transmissão, de engenharia e construção de novas instalações, de ampliações e modificações das instalações existentes, e de laboratórios;

II - promoção das atividades de engenharia relativas ao meio ambiente; e

III - prestação de serviços na sua área de atividades.

§ 2º Compete ao Diretor de Finanças:

I - atividades econômico-financeiras, planejamento financeiro e orçamento;

II - captação e aplicação de recursos, observadas as disposições legais e do presente estatuto quanto à matéria; e

III. - tesouraria, tarifas, contabilidade e controladoria e gestão de riscos da companhia.

§ 3º Compete ao Diretor de Administração:

I - infraestrutura corporativa, incluindo a cadeia de suprimento de materiais, de serviços, espaços físicos e instalações;

II - organização e tecnologia de informação; e

III - gestão do conhecimento e gestão de pessoas.

§ 4º Compete ao Diretor de Operação e Manutenção:

I - atividades de operação, de apoio técnico e manutenção das instalações de produção de energia elétrica, das instalações do sistema de transmissão e de telecomunicações, de supervisão e controle do sistema elétrico e de laboratórios;

II - representação da Companhia nos órgãos de operação do sistema interligado;

III - definição das prioridades das obras de reforços, reformas, adequações e melhorias do Sistema existente e, em conjunto com a Diretoria de Engenharia, estabelecer o Plano de Obras correspondente; e

IV - prestação de serviços na sua área de atividades.

§ 5º Compete ao Diretor de Gestão de Novos Negócios e de Participações:

I - gestão de negócios corporativos, de empreendimentos e da prestação de serviços;

II - novos negócios e parcerias;

III - comercialização de energia elétrica; e

IV - estudos de mercado e pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação.

CAPÍTULO IX - DO CONSELHO FISCAL

Art. 33. O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de 03 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, não computados os eleitos pelas ações ordinárias minoritárias e pelas ações preferenciais, quando aplicável, eleitos pela Assembleia Geral, todos brasileiros e domiciliados no país, acionistas ou não, com prazo de atuação de 02 (dois) anos, permitidas, no máximo, 02 (duas) reconduções consecutivas, assim constituído:

I - 01 (um) membro e respectivo suplente indicados pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional, que deverão ser servidores públicos com vínculo permanente com a administração pública federal;

II - 01 (um) membro e respectivo suplente indicados pelo Ministério de Minas e Energia; e

III - 01 (um) membro e respectivo suplente indicados pela Holding.

§ 1º No prazo previsto no caput deste artigo, serão considerados os períodos anteriores de atuação ocorridos há menos de 02 (dois) anos.

§ 2º Atingido o prazo máximo previsto no caput deste artigo, o retorno do Conselheiro Fiscal só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de atuação.

Art. 34. A investidura em cargo de Conselheiro Fiscal de Furnas observará as condições impostas pela legislação aplicável, bem como aquelas previstas na Política de Indicação das empresas Eletrobras.

§1º Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura de termo de posse, desde a respectiva eleição.

§ 2º O conselheiro fiscal deverá, antes de entrar no exercício das funções e ao deixar o cargo, apresentar declaração de bens a empresa, à Comissão de Ética Pública da Presidência da República – CEP/PR e ao Tribunal de Contas da União.

§ 3º A remuneração mensal devida aos membros do Conselho Fiscal, fixada em Assembleia Geral, não excederá a 10% (dez por cento) da remuneração mensal média dos diretores, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação no lucro da empresa e o pagamento de remuneração em montante superior ao pago para os conselheiros de administração.

§ 4º Os conselheiros fiscais eleitos devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, código de conduta, a Lei nº 12.846/2013, e demais temas relacionados às atividades de Furnas.

§ 5º É vedada a recondução do conselheiro fiscal que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela empresa nos últimos dois anos.

§ 6º Aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal a defesa e contratação de seguro nos termos dos parágrafos 1º e 5º do Art. 17, do presente estatuto.

§ 7º Aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal as limitações previstas nos parágrafos 2º e 3º do Art. 13, do presente estatuto.

Art. 35. Os membros do Conselho Fiscal elegerão em sua primeira reunião o seu Presidente, ao qual caberá encaminhar à companhia, para cumprimento, as deliberações do órgão, com registro no livro de atas e Pareceres do Conselho Fiscal.

§ 1º Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a 02 (duas) reuniões consecutivas ou 03 (três) intercaladas, nas últimas 12 (doze) reuniões, será o membro do Conselho Fiscal substituído pelo respectivo suplente, até a eleição de novo titular.

§ 2º Os membros do Conselho Fiscal terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião, e, somente de locomoção, quando residente na cidade.

Art. 36. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e registradas no

- “Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal”, cabendo ao seu Presidente, além do voto comum, o de desempate.

Parágrafo único. O Conselho Fiscal solicitará a Furnas a designação de pessoal qualificado para secretariá-lo e prestar-lhe apoio técnico.

Art. 37. A pedido de qualquer de seus membros, o Conselho Fiscal poderá solicitar esclarecimentos ou informações e a apuração de fatos específicos aos auditores independentes.

Art. 38. O Conselho Fiscal poderá, para apurar fato cujo esclarecimento seja necessário ao desempenho de suas funções, formular, com justificativa, questões a serem respondidas por perito e solicitar à Diretoria Executiva que indique, no prazo máximo de trinta dias, três peritos, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, de notório conhecimento na área em questão, dentre os quais o Conselho Fiscal escolherá um, cujos honorários serão de responsabilidade de Furnas.

Art. 39. Ao Conselho Fiscal, sem exclusão de outros casos previstos em lei, compete:

I – pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva;

II – acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações;

III – elaborar, alterar e aprovar o seu Regimento Interno;

IV – fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

V – opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar de seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;

VI – opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de títulos e de valores mobiliários, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão de Furnas;

VII – denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses de Furnas, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis a Furnas;

VIII – convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias as matérias que considerarem necessárias;

IX – analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras, elaboradas periodicamente pela Diretoria;

X – examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

XI – exercer as atribuições previstas neste artigo, quando cabíveis, durante a eventual liquidação de Furnas;

XII – assistir obrigatoriamente às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, em que se deliberar sobre assuntos sobre os quais deva opinar, relativo aos incisos V, VI e X deste artigo;

XIII – fornecer ao acionista ou grupo de acionistas, que representarem, no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social, sempre que solicitadas, informações sobre matérias de sua competência;

XIV – examinar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIINT e o Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT;

XV - realizar a avaliação de desempenho de seus membros e do Conselho Fiscal como colegiado, pelo menos uma vez ao ano, nos termos da legislação vigente;

XVI – acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações; e

XVII – fiscalizar o cumprimento do limite de participação de Furnas no custeio de benefícios de assistência à saúde e previdência complementar.

Art. 40. Os órgãos de administração são obrigados, através de comunicação por escrito, a colocar à disposição dos membros em exercício do Conselho Fiscal, dentro de 10 (dez) dias, cópias das atas de suas reuniões e, dentro de 15 (quinze) dias do seu recebimento, cópias dos seus balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente e dos relatórios de execução de orçamentos.

Art. 41. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 01 (uma) vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Colegiado, e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes.

CAPÍTULO X - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 42. O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se a 1º de janeiro, com término em 31 de dezembro de cada ano e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, aos preceitos da legislação sobre as sociedades por ações e ao presente Estatuto.

§ 1º Em cada exercício será obrigatória a distribuição de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.

§ 2º A remuneração aos acionistas sofrerá incidência de encargos financeiros, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios, quando esse pagamento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral.

Art. 43. Prescreve, no prazo legal, a ação para pleitear dividendos, os quais, não reclamados tempestivamente, reverterão em benefícios de Furnas.

Art. 44. Furnas, sob responsabilidade de sua Diretoria Financeira, compromete-se a:

I - submeter suas demonstrações financeiras, anuais e trimestrais, controles internos e procedimentos fiscais e tributários a auditores independentes;

II – remeter mensalmente à Eletrobras, conforme cronograma definido pela Holding, as demonstrações financeiras levantadas, exceto nos casos previstos no inciso III;

III - remeter trimestralmente à Eletrobras, conforme cronograma definido pela Holding, as suas demonstrações financeiras levantadas em, respectivamente, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro do mesmo ano, auditadas por empresa de auditoria independente, bem como demonstrativos contábeis auxiliares se requerido, revisados por seus auditores independentes;

IV - remeter, anualmente, à Eletrobras, conforme cronograma definido pela Holding, as suas demonstrações financeiras levantadas em 31 de dezembro do ano anterior, compreendendo os 12 (doze) meses anteriores, bem como demonstrativos contábeis auxiliares se requerido, acompanhadas de Relatório de Auditoria emitido pelos seus auditores independentes. Alternativamente, mediante solicitação prévia da Eletrobras, as demonstrações financeiras poderão ser acompanhadas de Carta de Conforto emitida pelos seus auditores independentes;

V - remeter, anualmente, à Eletrobras relatório de revisão de seus controles internos, emitido por sua empresa de auditoria independente;

VI - franquear aos auditores independentes da Eletrobras o livre acesso aos papéis de trabalho dos seus auditores independentes e/ou autorizar a adoção de procedimentos adicionais de auditoria;

VII - fornecer, com presteza, esclarecimentos e informações de natureza contábil, financeira, fiscal, tributária jurídica e técnico-operacional (engenharia) à equipe técnica da Eletrobras;

VIII - adotar as Normas Internacionais de Contabilidade para a elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras;

IX - implementar, testar e certificar, anualmente, o ambiente de controles internos em consonância à Lei Sarbanes Oxley;

X - fornecer, ainda, os seguintes documentos à Eletrobras:

a) anualmente, tão logo seja elaborada, a Carta de Recomendação dos auditores independentes;

b) anualmente, conforme cronograma definido pela Holding, as Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas de relatórios da administração, parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, sem prejuízo do previsto no inciso IV deste artigo; e

c) demonstrativos contábeis especiais a serem levantados a qualquer tempo, sempre que solicitados pela Eletrobras.

XI – remeter mensalmente à Eletrobras, conforme cronograma definido pela Holding, o relatório preliminar de acompanhamento do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, com respectivas análises e comentários sobre o desempenho da empresa, exceto nos casos previstos no inciso XII; e

XII - remeter trimestralmente à Eletrobras, conforme cronograma definido pela Holding, o relatório trimestral de acompanhamento do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, com respectivas análises e comentários sobre o desempenho da empresa.

Art. 45. Caso o descumprimento dos compromissos previstos no artigo anterior gere ou contribua, comprovadamente, para a imputação de multas ou qualquer penalidade à Eletrobras ou a seus administradores, por atraso na apresentação de quaisquer de suas informações contábeis periódicas, seja por órgãos reguladores ou fiscalizadores, nacionais ou internacionais, Furnas ficará responsável pelo ressarcimento à Eletrobras dos prejuízos causados no respectivo montante que houver contribuído no consolidado para a imputação da respectiva multa.

CAPÍTULO XI - DOS EMPREGADOS

Art. 46. Os cargos de titular da Auditoria Interna e titular da Ouvidoria serão exercidos por empregados do quadro de carreira permanente de Furnas ou das empresas Eletrobras, estando vinculados diretamente ao Conselho de Administração.

Art. 47. Os empregados de Furnas estão sujeitos à legislação do trabalho e aos seus regulamentos internos, observando-se as demais normas legais aplicáveis.

Art. 48. A admissão de empregados por Furnas obedecerá a concurso público, nos termos aprovados pelo Conselho de Administração da Eletrobras, observada a legislação vigente.

§ 1º Os empregados podem ser transferidos para qualquer local de atuação da companhia.

§ 2º O quantitativo de funções de confiança da administração superior de Furnas será submetida à deliberação do Conselho de Administração de Furnas, mediante aprovação do Conselho de Administração da Eletrobras, nos termos do artigo 21, inciso XXXVI e §1º.

§ 3º Os ocupantes de função de confiança que realizarem atos de gestão gerando vantagens salariais sem previsão ou em desacordo com o estabelecido nos contratos de trabalho, plano de cargos e salário, acordo coletivo de trabalho ou com a legislação vigente responderão pelos prejuízos causados à companhia, sem prejuízo das penalidades previstas no Código de Ética e de Conduta das Empresas Eletrobras.

Art. 49. Sem prejuízo das requisições previstas na legislação, a cessão de empregados de Furnas dependerá de autorização específica da Diretoria Executiva e será feita mediante o reembolso dos custos correspondentes, observada a legislação vigente.

Art. 50. Após o encerramento de cada exercício financeiro de Furnas, e uma vez deduzidos os prejuízos acumulados e realizada a provisão para encargos, os empregados terão direito a participar dos lucros ou resultados, observada a legislação vigente, as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e as normas contidas nos acordos e convenções coletivas de trabalho por ela firmados.

Art. 51. Furnas prestará assistência social a seus empregados.

CAPÍTULO XII - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52. A área de Conformidade terá como principais atribuições:

I - a gestão da conformidade no que se refere à adequação a leis, normas e conduta ética;

II - a gestão de riscos corporativos; e

III – a gestão do ambiente de controles internos.

§ 1º Em situações em que se suspeite do envolvimento do Diretor-Presidente em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada, a área de Conformidade poderá se reportar diretamente ao Conselho de Administração.

§ 2º Nas situações mencionadas no parágrafo anterior, o assunto será discutido sem a presença do Diretor-Presidente da companhia.

CAPÍTULO XIII - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 53. O Conselho de Administração de Furnas será composto por até 06 (seis) membros até a Assembleia Geral Ordinária de 2018 ou Assembleia Geral posterior realizada até 30.06.2018.

(Cópia autêntica do Estatuto Social de Furnas, atualizado até a Assembleia Geral Extraordinária de 19.01.2018)

HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES DO ESTATUTO SOCIAL DE FURNAS

Em 12.03.76, a A.G.E. introduziu alterações no Estatuto e fez constar da respectiva ata o texto consolidado.

Em 14.02.78, a A.G.E. reformou o Estatuto, aprovando novo texto adaptado às disposições da Lei nº 6.404, de 15.12.76.

Posteriormente, o Estatuto sofreu ainda as seguintes alterações:

Em 21.12.78, a A.G.E. alterou o "caput" do artigo 5º (capital social);
em 13.03.79, a A.G.O. alterou o "caput" do artigo 5º (capital social);
em 04.04.79, a A.G.E. alterou o "caput" do artigo 10;
em 28.03.80, a A.G.O. alterou o "caput" do artigo 5º (capital social);
em 28.03.80, a A.G.E. alterou o "caput" do artigo 5º (eliminação do valor nominal das ações);
em 25.03.81, a A.G.O. alterou o "caput" do artigo 5º (capital social);
em 05.04.82, a A.G.O. alterou o "caput" do artigo 5º (capital social);
em 30.12.82, a A.G.E. alterou o "caput" do artigo 5º (capital social);
em 29.04.83, a A.G.O. alterou o "caput" do artigo 5º (capital social) e a A.G.E. alterou o "caput" do artigo 10 (composição da Diretoria) e o artigo 27 e seus parágrafos (participação nos lucros);
em 27.04.84, a A.G.O. alterou o "caput" do artigo 5º (capital social);
em 17.12.84, a A.G.E. alterou o "caput" do artigo 5º (capital social);
em 12.03.85, a A.G.O. alterou o "caput" do artigo 5º (capital social);
em 27.12.85, a A.G.E. alterou o "caput" do artigo 5º (capital social);
em 02.04.86, a A.G.O. alterou o "caput" do artigo 5º (capital social) e a A.G.E. criou o Conselho de Administração, alterando e/ou renumerando o artigo 10 e seguintes;
em 09.07.86, a A.G.E. alterou o "caput" do artigo 5º (capital social);
em 23.04.87, a A.G.O. alterou o "caput" do artigo 5º (capital social);
em 25.04.88, a A.G.O. alterou o "caput" do artigo 5º (capital social) e a A.G.E. alterou o artigo 16 (competência do Conselho de Administração);
em 28.07.88, a A.G.E. incluiu o artigo 38;
em 13.02.89, a A.G.E. alterou o "caput" do artigo 11 e seu parágrafo 1º (Composição do Conselho de Administração);
em 24.04.89, a A.G.O. alterou o "caput" do artigo 5º (capital social);
em 13.12.89, a A.G.E. alterou o "caput" do artigo 5º (capital social);
em 16.04.90, a A.G.O. alterou o "caput" do artigo 5º (capital social);
em 04.06.90, a A.G.E. alterou os parágrafos 1º e 2º do artigo 11, o artigo 12, o "caput" do artigo 15, a letra "g" do parágrafo único do artigo 21, os parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e os "caput" dos artigos 24, 25 e 26;
em 22.04.91, a A.G.O. alterou o "caput" do artigo 5º (capital social);
em 22.04.91 a A.G.E. incluiu o parágrafo 3º do artigo 11, o parágrafo único do artigo 27 e criou o artigo 39;
em 04.07.91, a A.G.E. alterou o "caput" do artigo 11 (composição do Conselho de Administração);
em 29.04.92, a A.G.O. alterou o "caput" do artigo 5º (capital social);
em 11.08.92, a A.G.E. alterou o "caput" do artigo 11 (composição do Conselho de Administração);
em 10.12.92, a A.G.E. alterou o "caput" do artigo 11 e seus parágrafos (Composição do Conselho de Administração) e alterou o Parágrafo Único do artigo 27 (Composição do Conselho Fiscal);

- em 27.04.93 a A.G.E. alterou o "caput" do artigo 11 (Composição do Conselho de Administração) e a A.G.O. alterou o "caput" do artigo 5º (capital social);
- em 25.04.94, a A.G.O. alterou o "caput" do artigo 5º (capital social);
- em 20.04.95, a A.G.O. alterou o "caput" do artigo 5º (capital social);
- em 18.04.96, a A.G.O. alterou o "caput" do artigo 5º (capital social e adaptação do texto ao disposto nos artigos 2º, inc.I, e 4º, "caput", da Lei nº 8.029, de 12.04.90) e o parágrafo 3º do artigo 16;
- em 28.05.97, a A.G.E. alterou o "caput" do artigo 5º (Capital Social);
- em 28.01.98, a A.G.E. incluiu o parágrafo 3º do artigo 32;
- em 30.09.98, a A.G.E. incluiu o parágrafo 4º do artigo 32;
- em 27.12.2002, a A.G.E. incluiu o artigo 21;
- em 25.07.2003, a A.G.E. incluiu o inciso "i" do artigo 4;
- em 16.12.2004, a A.G.E. alterou o "caput" do artigo 5º (Capital Social);
- em 09.11.2005, a A.G.E. alterou o "caput" do artigo 12 (composição da Diretoria Executiva);
- em 24.04.2006, a A.G.E. alterou o "caput" e parágrafos do artigo 33 (Balanço Intercalar);
- em 18.07.2006, a A.G.E. alterou o "caput" do artigo 12 (composição da Diretoria Executiva);
- em 25.08.2006, a A.G.E. alterou o "caput" do artigo 5º (Capital Social);
- em 11.07.2008, a A.G.E. alterou: a alínea "i" do artigo 4º; o "caput" do artigo 9º; os parágrafos primeiro e segundo do artigo 15; os incisos I, II, XI e XVI do parágrafo 1º, do artigo 16; o parágrafo 4º do artigo 16 e as alíneas "o" e "p" do parágrafo único, do artigo 22;
- em 17.11.2008, a A.G.E. alterou o "caput" do artigo 5º (Capital Social);
- em 22.10.2010, a A.G.E. alterou o "caput" do artigo 5º (Capital Social);
- em 12.09.2011, a A.G.E. reformou o Estatuto Social de Furnas, aprovando novo texto adaptado às disposições legais e às disposições normativas da Eletrobras;
- em 29.04.2013, a A.G.E. alterou o "caput" do artigo 5º (Capital Social);
- em 27.04.2017, a A.G.E. alterou o "caput" e o parágrafo 9º, bem como criou os parágrafos 10 e 11 do artigo 19; alterou o "caput" e criou os parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 25; alterou o "caput" e criou os parágrafos 1º e 2º do artigo 33;
- em 19.01.2018, a A.G.E. reformou o Estatuto Social de Furnas, aprovando novo texto para atendimento à Lei nº 13.303/16 e ao Decreto nº 8.945/16, conforme as diretrizes da Holding.



CONTRATO Nº 15.675

Contrato que entre si fazem, de um lado, **FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A** e, de outro lado, **CANDIDO DE OLIVEIRA ADVOGADOS**, tendo como objeto a prestação de serviços profissionais especializados, relativos a consultoria e patrocínio de causas judiciais no Rio de Janeiro.

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A, empresa de serviço público de energia elétrica, com sede e Escritório Central na Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Real Grandeza, nº 219, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - MF sob o nº 23.274.194/0001-19, neste ato denominada **FURNAS**, representada por seu Diretor e/ou Procurador *in fine* assinado, e **CANDIDO DE OLIVEIRA ADVOGADOS**, cuja razão social é **GONÇALVES PEREIRA & CANDIDO DE OLIVEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, escritório de advocacia devidamente registrado na OAB/RJ, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - MF sob o nº 35.809.508/0001-10 e com sede nesta Cidade na Rua México, nº 98 - 10º andar, neste ato representado por seu sócio, Dr. **CANDIDO DE OLIVEIRA BISNETO**, brasileiro, advogado inscrito na OAB/RJ sob o nº 11.045, inscrito no CPF/MF sob o nº 001.821.177-15, doravante simplesmente designado **CONTRATADO**, têm entre si ajustado o presente **CONTRATO**, cuja celebração foi autorizada pela RE.CJ.P.002.2005, e que se regerá pela Lei 8.666/93, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 9.648/98 e 9.854/99, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1ª - OBJETO

Constitui objeto do presente **CONTRATO** a contratação do escritório Candido de Oliveira Advogados, para prestação de serviços técnicos profissionais de natureza jurídica especializada, compreendendo consultoria e assistência jurídica preventiva no âmbito do Direito Societário, Empresarial, Administrativo e Falimentar e, ainda, o acompanhamento da Autofalência da Eletronet S/A (processo nº 2003.001.048470-4), em curso na 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, de forma a melhor resguardar os interesses de Furnas no aludido Processo.





CLÁUSULA 2ª - DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Para melhor caracterização do objeto do CONTRATO e das obrigações das partes, considera-se peça dele integrante e complementar, independentemente de anexação, em tudo aquilo que com ele não conflitar, toda a correspondência trocada entre FURNAS e o CONTRATADO.

§ 1º - Ocorrendo divergências entre o estipulado nos documentos trocados e o CONTRATO, prevalecerão as disposições do CONTRATO.

§ 2º - Não terão eficácia quaisquer exceções a este CONTRATO ou aos documentos emanados de FURNAS, formuladas pelo CONTRATADO, em relação às quais FURNAS não haja, por escrito, se declarado de acordo.

CLÁUSULA 3ª - EXCLUSIVIDADE

A presente contratação não importa em conceder exclusividade ao CONTRATADO com relação a seu objeto, pelo que, concomitantemente, FURNAS poderá manter ajustes idênticos com outros profissionais.

CLÁUSULA 4ª - CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Os serviços profissionais a serem prestados pelo CONTRATADO se constituirão em:

I - emissão de pareceres, realização de exames, orientação na definição de estratégias, assessoramento em negociações, redação de minutas de documentos, e outros que se façam necessários, a critério de FURNAS;

II - análise documental e fática do processo de Autofalência da Eletronet S/A, com formulação de estratégia de conduta, elaboração de todas as peças processuais quando cabíveis, assim como o acompanhamento de todas as fases processuais.

CLÁUSULA 5ª - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Constituem obrigações do CONTRATADO, além de outras previstas neste CONTRATO:

I - cumprir rigorosamente as instruções emanadas da C.J.P - Consultoria Jurídica da Presidência;

II - acompanhar o processo de falência da ELETRONET, prestando informações à C.J.P a respeito do mesmo e requerendo, se necessário, o que vier a ser ajustado com FURNAS;

III - providenciar cópias, para FURNAS, de todos os documentos, petições, sentenças, recursos, enfim, de todas as peças processuais mais importantes relativas ao processo acima citado, mantendo FURNAS sempre atualizada sobre os principais movimentos da aludida falência;





- IV - elaborar pareceres solicitados pela C.J.P;
- V - participar de reuniões, quando solicitado por FURNAS;
- VI - não concordar de forma tácita no processo, obtendo, sempre antecipadamente, a expressa anuência da C.J.P com relação aos despachos, decisões e acórdãos;
- VII - emitir, mensalmente, relatório circunstanciado sobre o andamento do processo sob seu patrocínio, remetendo-o à C.J.P;
- VIII - manter-se inteiramente quite com as contribuições previdenciárias devidas ao INSS;
- IX - comprovar, no prazo máximo de 03 (três) dias, os valores adiantados a título de custas processuais e depósitos judiciais;
- X - responder pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus empregados;
- XI - preparar e fornecer aos seus empregados o formulário PPP, quando exigível, na forma da Lei;
- XII - apresentar, em até 15 (quinze) dias úteis contados a partir do recebimento de FURNAS dos subsídios necessários, e manter no local da prestação dos serviços os laudos técnicos e documentos exigidos na legislação previdenciária vigente (LTCAT, PCMSO, PGR, PPRA e PCMAT) quando pertinentes aos serviços executados, devidamente atualizados;
- XIII - apresentar a FURNAS anualmente, ou a qualquer tempo, quando lhe forem solicitados, os referidos laudos técnicos e documentos, sob a responsabilidade de sofrer as penalidades previstas neste contrato;
- XIV - enviar a FURNAS, caso as atividades exercidas pelos trabalhadores não permitam a concessão de aposentadoria especial nos termos da legislação vigente, juntamente com sua nota fiscal ou fatura, declaração neste sentido e sob as penas da lei, o que será para a liberação dos pagamentos.

CLÁUSULA 6ª - OBRIGAÇÕES DE FURNAS

Constituem obrigações de FURNAS, além de outras previstas neste CONTRATO:

- I - arcar com todas as despesas relativas às custas processuais, mediante o recebimento dos respectivos comprovantes;
- II - arcar com as despesas relativas a telefonemas, fotocópias e fac-símile, efetuadas para atender à ações referenciada na Cláusula 1ª, sob o patrocínio do CONTRATADO, que serão reembolsadas mediante a apresentação dos respectivos comprovantes de dispêndio;
- III - ressarcir as despesas realizadas, pelo CONTRATADO, com viagens terrestres ou aéreas, necessárias ao cumprimento do objeto deste contrato;





FURNAS

CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

IV - ressarcir as despesas realizadas, durante as viagens, com a alimentação e, quando necessário, com a hospedagem, mediante comprovação e de acordo com os valores máximos fornecidos por FURNAS;

V - fornecer ao CONTRATADO os subsídios necessários para a elaboração dos laudos técnicos e documentos previstos na legislação previdenciária em vigor;

VI - exigir do CONTRATADO os laudos técnicos e documentos previstos na legislação previdenciária em vigor (LTCAT, PCMSO, PGR, PPRA E PCMAT);

VII - exigir do CONTRATADO, quando aplicável, a declaração, sob as penas da Lei, de que as atividades exercidas pelos segurados empregados no presente contrato não estão sujeitas à concessão de aposentadoria especial.

CLÁUSULA 7ª - PREÇOS

Pela prestação dos serviços mencionados na Cláusula Primeira - Objeto, FURNAS pagará ao CONTRATADO, mensalmente, a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 1º - Os preços estabelecidos neste contrato são fixos e irrevogáveis, salvo se após cada período de 12 (doze) meses contados da data de apresentação da proposta, as condições de qualidade e de preço, no mercado, quando aplicável, determinem sua revisão para mais ou para menos, na forma da legislação vigente.

§ 2º - Na eventualidade de qualquer condenação da parte contrária em honorários de advogado, reverterão os mesmos, integralmente, aos cofres de FURNAS.

CLÁUSULA 8ª - CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

Os honorários serão pagos até o décimo dia do mês seguinte ao vencido, ao valor vigente no mês da prestação dos serviços.

Parágrafo Único: Para que se efetue o pagamento dos honorários, serão obedecidas as condições abaixo:

I - O CONTRATADO deverá informar os dados referentes à conta-corrente bancária para acatar os depósitos relativos aos pagamentos e reembolsos decorrentes deste Contrato ficando, desde já, acertado que o comprovante de depósito bancário se constituirá em documento comprobatório de quitação das obrigações estabelecidas neste instrumento;

II - FURNAS reterá, na fonte, os tributos incidentes sobre esse tipo de remuneração, segundo a respectiva legislação em vigor;

III - FURNAS poderá deduzir débitos, indenizações ou multas em que o CONTRATADO haja incorrido, de quaisquer créditos seus decorrentes deste instrumento contratual;





FURNAS

CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

IV - O CONTRATADO emitirá e apresentará a FURNAS, até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, duas vias do documento de cobrança, para fins de pagamento, no órgão abaixo identificado:

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A
DIVISÃO DE CONTROLE DE PAGAMENTOS – DCPG.F
Rua Real Grandeza 219 - Bloco A – Sala 202
CNPJ: 23.274.194/0001-19
Insc. Estadual: 81.418.667

V - Os recursos correspondentes a esta contratação são próprios de FURNAS e estão identificados conforme quadro abaixo:

Categoria Econômica	Categoria Funcional Programática
Custeio	----

VI - A emissão, pelo CONTRATADO, da declaração prevista na CLÁUSULA “OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO” constitui condição para liberação dos pagamentos devidos ao CONTRATADO. A não observância, pelo CONTRATADO, do disposto neste parágrafo ensejará, ainda, a aplicação das demais penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA 9ª - CONTROVÉRSIA SOBRE SERVIÇOS

Ocorrendo controvérsia em relação a quaisquer serviços objeto deste CONTRATO, o CONTRATADO prosseguirá, diligentemente, sua execução obedecendo às determinações de FURNAS, até e após a decisão final desta.

CLÁUSULA 10 - INADIMPLEMENTO DO CONTRATADO

O CONTRATADO será considerado inadimplente na ocorrência de qualquer dos fatos abaixo discriminados:

- inobservância ou cumprimento irregular de quaisquer disposições contidas neste CONTRATO;
- desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, assim como de seus superiores;
- cometimento de faltas, reiteradas, na execução dos serviços, devidamente anotadas pela fiscalização de FURNAS.

CLÁUSULA 11 - MULTAS POR INADIMPLEMENTO

O CONTRATADO ficará sujeito a multas por inadimplemento, nos seguintes casos:





FURNAS

CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

a) no caso de descumprimento de qualquer das disposições contratuais, será aplicada ao CONTRATADO a multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do CONTRATO, em cada desatendimento havido;

b) a multa prevista no item a será aplicada independentemente da multa rescisória, prevista na Cláusula 13 - Consequências da rescisão.

CLÁUSULA 12 - RESCISÃO

São motivos para a rescisão deste CONTRATO:

a) o inadimplemento do CONTRATADO, nos termos da Cláusula 10;

b) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução dos serviços;

c) razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Diretoria de FURNAS, exaradas em processo administrativo a que se refere este CONTRATO;

d) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos por FURNAS, decorrentes de serviços já executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

Parágrafo Único: A rescisão do presente instrumento contratual obedecerá ao procedimento previsto no art. 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA 13 - CONSEQUÊNCIAS DA RESCISÃO

A rescisão contratual acarretará as consequências descritas nesta cláusula:

I - A rescisão contratual, com base na hipótese prevista na alínea a, da Cláusula 12 - Rescisão, deste instrumento contratual, sujeitará o CONTRATADO ao pagamento de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor atualizado deste CONTRATO (Cláusula 17), cobrável mediante execução, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula 11 - Multas por Inadimplemento, até a data de rescisão;

II - A rescisão do presente CONTRATO, com fundamento nos motivos constantes nos incisos b, c e d, da Cláusula 12 - Rescisão, sem culpa do CONTRATADO, ensejará o direito aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO, até a data da rescisão;

III - Se a rescisão se der com o apoio no que prevêem as alíneas c e d, da Cláusula 12 - Rescisão, sem culpa do CONTRATADO, ele terá, ainda, direito ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados;

IV - Na hipótese dos dois incisos anteriores, nenhuma outra indenização será devida por FURNAS ao CONTRATADO, em virtude da rescisão.





FURNAS

CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

CLÁUSULA 14 - DEDUÇÕES

FURNAS poderá deduzir de quaisquer créditos do CONTRATADO, decorrentes deste CONTRATO, débitos, indenizações ou multas por ele incorridos.

Parágrafo Único: Tais débitos, indenizações ou multas são, desde já, considerados pelas partes dívidas líquidas e certas, cobráveis mediante execução forçada, constituindo este CONTRATO título executivo extrajudicial.

CLÁUSULA 15 - PRAZO

O prazo do presente CONTRATO é de 12 (doze) meses corridos, contados da data de sua assinatura, prorrogáveis, a critério de Furnas, por iguais períodos, até o máximo de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA 16 - TRIBUTOS

Todos os tributos, encargos, contribuições para-fiscais, eventualmente devidos pela execução dos serviços pelo CONTRATADO, a FURNAS, correm por conta exclusiva daquele, que também se responsabiliza pelo perfeito e exato cumprimento de todas as obrigações e formalidades que a lei a ele atribua.

§ 1º Os tributos e contribuições, quando devidos na fonte, serão retidos na forma da lei, fazendo-se os pagamentos ao CONTRATADO por seu valor líquido.

§ 2º Caso sejam criados, após a assinatura do CONTRATO, novos tributos, encargos ou contribuições para-fiscais ou modificada a base de cálculo e/ou alíquotas dos atuais, de forma a aumentar ou diminuir o ônus do CONTRATADO, com repercussão na economia contratual, será o preço revisado de modo a cobrir as diferenças comprovadamente decorrentes destas alterações.

§ 3º Face ao disposto no caput desta Cláusula, FURNAS não se responsabiliza pelo ressarcimento de quaisquer multas, correção monetária, penalidades, juros e outras despesas resultantes da não observância de obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, pelo CONTRATADO.

§ 4º - O CONTRATADO, no obstante o acima disposto, obriga-se a, caso venha ser autuada pela Fazenda Federal, Estadual ou municipal, no que concerne ao objeto deste CONTRATO, defender-se com empenho e zelo perante as autoridades competentes.

§ 5º - O CONTRATADO deverá fornecer à FURNAS cópia autenticada das guias de recolhimento do imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), correspondente ao mês imediatamente anterior, juntamente com a fatura da prestação de serviços.





FURNAS

CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

CLÁUSULA 17 - VALOR DO CONTRATO

Para todos os efeitos, inclusive eventual imposição de penalidades, o valor deste CONTRATO é igual ao custo final dos serviços contratados, incluindo reajustes e eventuais acréscimos. Na hipótese de ainda não ser conhecido o custo final, como acima definido, adotar-se-á o valor básico estimado de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

CLÁUSULA 18 - CONTRIBUIÇÕES PARA O INSS E PARA O FGTS

Obriga-se o CONTRATADO a manter-se inteiramente quite com as contribuições previdenciárias devidas ao INSS e com as contribuições para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

§ 1º - Para esse efeito, o CONTRATADO, juntamente com qualquer faturamento de serviços objeto deste Contrato, apresentará a FURNAS os comprovantes de recolhimentos dos valores devidos ao INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, acompanhados das respectivas folhas de pagamento, para fins de verificação de sua regularidade, sem prejuízo do direito que assistirá a FURNAS de, a seu único juízo, exigir que seja dita comprovação ministrada através da Certidão competente.

§ 2º - Verificada, em qualquer momento, a existência de débitos provenientes do não recolhimento de contribuições ao INSS e ao FGTS por parte do CONTRATADO, fica FURNAS autorizada a promover o respectivo resgate, cujo montante será deduzido de quaisquer faturamentos ou créditos do CONTRATADO, oriundos deste CONTRATO.

§ 3º - Nos casos que assim a legislação determinar, as contribuições devidas ao INSS serão retidas, em nome da CONTRATADA, por FURNAS, de conformidade com a norma pertinente à matéria.

§ 4º - Caso as atividades exercidas no cumprimento deste contrato exponham o trabalhador a agentes nocivos que lhe permitam a concessão de aposentadoria especial após 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, deverá ser efetuado um acréscimo de 4% (quatro por cento), 3% (três por cento) ou 2% (dois por cento), respectivamente, na retenção a que se refere a legislação previdenciária.

I - o adicional a que se refere este parágrafo incidirá somente sobre o valor dos serviços prestados por estes segurados, quando houver a utilização de trabalhadores na execução de atividades que os exponham a agentes nocivos, e sendo possível a identificação dos trabalhadores, do valor de cada serviço e dos tipos de aposentadoria especial;

II - caso ocorra a utilização destes trabalhadores sem que haja a emissão de nota fiscal específica de que trata o parágrafo 5º, abaixo, e/ou a discriminação do valor de cada um dos serviços contratados, e havendo a possibilidade de identificação, entre o total de trabalhadores, dos envolvidos ou não com as atividades que os exponham a agentes nocivos, a base de cálculo sobre a qual incidirá o adicional a que se refere este parágrafo será proporcional ao número de trabalhadores envolvidos naquelas atividades;





FURNAS

CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

III – na hipótese de haver neste contrato a previsão de utilização destes trabalhadores, sem que haja a possibilidade de identificação de seu número, o adicional de que trata este parágrafo será de 2% (dois por cento) e incidirá sobre a mesma base de cálculo utilizada para efetuar a retenção de 11% (onze por cento), perfazendo o total de 13%, valor este que será destacado pelo CONTRATADO em sua nota fiscal/fatura.

§ 5º - No caso previsto no inciso "I" do Parágrafo 4º desta Cláusula, deverá ser emitida nota fiscal específica pelo CONTRATADO que espelhe o valor referente ao acréscimo de 4%, 3% ou 2%.

CLÁUSULA 19 - NOVAÇÃO

A não utilização, por FURNAS, de quaisquer dos direitos a ela assegurados neste CONTRATO, ou na lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição de FURNAS, neste CONTRATO, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA 20 – FORO

Fica eleito o foro central da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para resolver ou dirimir questões decorrentes deste CONTRATO, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

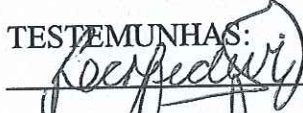
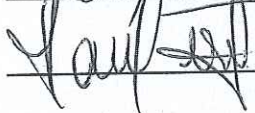
E, por se acharem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2005.


FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A


CANDIDO DE OLIVEIRA ADVOGADOS
(GONÇALVES PEREIRA & CANDIDO DE OLIVEIRA
ADVOGADOS ASSOCIADOS)

TESTEMUNHAS:



Extratos de Inexigibilidade de Licitação

DOU Seção III, Nº 63, Pág. 58 do dia 04.04.2005.

EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

1. IL Nº ATC.O.003.2005. 2. Objeto: Contratação de Serviços de Treinamento, Capacitação e Aperfeiçoamento de profissionais recém contratados e empregados na atualização técnica de FURNAS nas Áreas de Operação e manutenção da Diretoria de Produção. 3. Nome da Empresa: COOPFURNAS - Cooperativa de Profissionais Especializados em Serviços Técnicos e Consultoria. 4. Valor da Contratação: R\$ 220.000,00. 5. Dispositivo Legal: Art. 25 - Inciso II, C/C Inciso VI do Art. 13 da Lei Nº 8.666/93, conforme parecer da Consultoria Jurídica.

1. IL Nº RE.AATT.0002.2005. 2. Objeto: Aquisição de Licença de software da família ARCGIS, treinamento e confecção do protótipo do sistema de publicação e registro de imagem em ambiente WEB para consulta e análises parciais para os empreendimentos do grupo Eletrobrás. 3. Nome da Empresa: Imagem Geosistemas & Comércio Ltda. 4. Valor da Contratação: R\$ 140.000,00. 5. Dispositivo Legal: Art. 25 "caput", Conforme parecer da Consultoria Jurídica.

1. IL Nº CJP.002.2005. 2. Contratado: Candido de Oliveira Advogados. 3. Objeto: Contratação do Escritório Candido de Oliveira Advogados, para prestação de serviços técnicos profissionais de natureza jurídica especializada, compreendendo consultoria e assistência jurídica preventiva no âmbito do Direito Societário, Empresarial, Administrativo e Falimentar e, ainda, o acompanhamento de processo de nº 2003.001.048470-4, de interesse da Furnas. 4. Valor da Contratação: R\$ 120.000,00. 5. Dispositivo Legal: Art. 25, inciso II c/c Art. 13, da Lei Nº 8666/93.

1. IL Nº RE-DAT.O.0004.2005. 2. Objeto: Ensaios no autotransformador regular monofásico, de fabricação ABB, NS 59769, 525/345/13,8 kV, 350 MVA, da Subestação de Samambaia. 3. Nome da Empresa: ABB Ltda. 4. Valor da Contratação: R\$ 135.000,00. 5. Dispositivo Legal: Inciso II, do Art. 25 da Lei Nº 8.666/93, conforme parecer da Consultoria Jurídica.

II

Publicado em: 04/04/2005
Disponível até: 11/04/2005

Voltar



Candido de Oliveira Advogados

CANDIDO DE OLIVEIRA BISNETO
CESAR AUGUSTO GONÇALVES PEREIRA
ASSIS DE MELLO E SILVA
LEONARDO MOREIRA LIMA
MARCELO PEREIRA CARVALHO
LILIBETH DE AZEVEDO
LUCIANA DE SOUZA CORRÊA
HELDER GALVÃO
ANDRÉ DALLALANA

Advogados

MARIANA VIEIRA BRANDÃO DE FREITAS LIMA
LEONARDO VITOR DE PAIVA FREIRE
THIAGO BILÊNCOURT DE OLIVEIRA PINTO
RAFAEL FERREIRA MENDES
ANA CAROLINA PINHEIRO
NATHALIA BAPTISTA FERREIRA

Estagiários

EVERARDO MOREIRA LIMA

Consultor

Rua Mariz de Sá, 98 - Iluminação - Centro

Rio de Janeiro - RJ CEP 20031-141

TEL: 55 21 3240-2290 FAX: 55 21 3240-6434

E-mail: advogados@candidooliveira.adv.br

www.candidooliveira.adv.br

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2008

À

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A

A/C: Dr. JOSÉ OLAVO VIANA LEITE

Consultor Jurídico

Em Mãos

Referência: Lei 11.651

Solicita essa Consultoria Jurídica parecer acerca das conseqüências do advento da Lei 11.651, de 07 de abril do corrente ano. Sua arguição se prende a dois pontos nodais adiante referidos e resultantes da nova legislação:

a. poderá Furnas agora constituir uma subsidiária integral?

b. caso haja necessidade de associação com terceiro para a constituição de uma SPE (Sociedade de Propósito Específico), existirá algum impedimento para a celebração de parceria com pessoa física?

Ambas as questões devem ser respondidas negativamente.

A despeito das firmes e sólidas opiniões contrárias dos juristas liderados por Miranda Valverde, é ponto pacífico hoje no mundo jurídico a possibilidade de uma sociedade de economia mista constituir uma subsidiária integral.

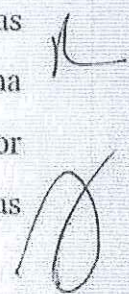
Todavia, no caso particular da Eletrobrás e de suas subsidiárias, o legislador teve o cuidado de rejeitar a hipótese acima referida ao dispor, já no *caput* do art. 15º e seu § único da Lei 3890 – A, com a redação dada pela Lei 9648 de 1998, que só lhes era facultado agir diretamente, ou mediante associação minoritária a outras empresas, ou através do aporte de recursos em sociedades criadas para fins específicos, também sob a forma minoritária, tudo para cumprimento do seu objeto social.

Mais:

A recente redação do § 1º, artigo 15, da lei 3890 – A, objeto do parecer em tela, convalidou este entendimento para apenas admitir à Eletrobrás e sua controladas o direito de associar-se a outras empresas para criação de sociedades de propósito específico.


A segunda questão não merece melhor sorte. Há disposição legal expressa de que a associação só será permitida “para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades”, com nítido descarte, portanto, da celebração de parceria com pessoa física.

Para efeito de registro, parece aqui oportuno mencionar que a alteração na lei não teve o intuito de radicalizar a participação majoritária das empresas estatais de energia, mas, sim, dar-lhes maior flexibilidade na concretização de suas atividades e negócios. Não se imagina que o legislador cogitou de constituir doravante sociedades do ramo da energia com parcerias



empresariais de "palha". Isto até pode acontecer em face das circunstâncias e mediante sérias e categóricas justificativas, mas, a nosso juízo, sempre em caráter excepcional e não como medida administrativa de rotina da companhia sob pena de descumprimento do espírito da lei.

Atenciosamente,


CANDIDO DE OLIVEIRA BISNETO


ASSIS DE MELLO E SILVA